

# Evidênci

Revista Científica

Educação, Gestão, Sociologia & Tecnologia

www.editorahawking.com.br

v. 8 n. 1 janeiro/março 2022



ISSN 2675-5300

**hawking**  
EDITORA



# REVISTA CIENTÍFICA EVIDÊNCIA

v.8 n.1 janeiro/março 2022

**EDITORIAL:** Betijane Soares de Barros  
**REVISÃO ORTOGRÁFICA:** Editora Hawking  
**DIAGRAMAÇÃO:** Luciele Vieira  
**DESIGNER DE CAPA:** Editora Hawking  
**IMAGENS DE CAPA:** canva.com  
**ARTE FINAL:** Editora Hawking

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



A Revista Evidência está sob os direitos da Creative Commons 4.0  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

#### **NOTAS DO EDITOR**

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Evidência a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

---

Revista Evidência /Editora Hawking

- Vol 8, n.1 (2022) – Maceió – AL: Editora Hawking, 2022 –  
Trimestral

ISSN 2675-5300

1. Revista Evidência – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

---

**Editora Hawking**

Avenida Fernandes Lima, N° 08, Farol. Maceió/AL. CEP 57057-450  
Disponível em: [www.editorahawking.com.br](http://www.editorahawking.com.br)  
[editorahawking@gmail.com](mailto:editorahawking@gmail.com)

## **DIREÇÃO EDITORIAL**

### **Dr<sup>a</sup> Betijane Soares de Barros**

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

## **CONSELHO EDITORIAL**

### **Dr<sup>a</sup>. Adriana de Lima Mendonça**

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

### **Dr. Anderson de Alencar Menezes**

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998)

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

### **Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli**

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999)

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019)

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016)

Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

#### **Dr. Anildo Monteiro Caldas**

Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista - FCAV/UNESP (2015), com período sanduíche em Universidad de Valladolid - Espanha, área de concentração "Ciência do solo / Linha de pesquisa Engenharia de água e solo". Mestre em Engenharia Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007), área de concentração "Engenharia de Água e Solo / Linha de pesquisa Solo e Geoprocessamento". Formado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2004). Atual como professor Adjunto do Departamento de Tecnologia Rural da UFRPE. Tem experiência em Extensão Rural e Estágio de Vivência Rural Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Cartografia, SIG e Avaliação e Perícias Rurais.

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

#### **Dr. Eduardo Cabral da Silva**

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015)

Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

#### **Dr. Fábio Luiz Fregadoli**

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)

Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)

Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004)

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

#### **Dr<sup>a</sup>. Jamyle Nunes de Souza Ferro**

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016)

Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

### **Dr<sup>a</sup>. Laís Agra da Costa**

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

### **Dr. Patrocínio Solon Freire**

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000)

Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004)

Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2004)

Especialista em Gestão Educacional pelas Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006)

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009)

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

### **Dr. Rafael Vital dos Santos**

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

## AVALIADORES DESTE NÚMERO

**Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli**

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

**Dr. Anildo Monteiro Caldas**

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

**Dr. Eduardo Cabral da Silva**

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

**Dr. Fábio Luiz Fregadolli**

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

**Dr<sup>a</sup>. Laís Agra da Costa**

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

**Dr<sup>a</sup>. Lucy Vieira da Silva Lima**

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

**Dr. Rafael Vital dos Santos**

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

## EDITORIAL

---

A Revista Científica Evidência (ISSN 2675-5300) foi criada em 2020, como decorrência de ações que visavam à implementação do conhecimento científico. E tem como objetivo disseminar resultados e reflexões advindos de investigações conduzidas nas áreas de educação, ciências, saúde, gestão, direito, administração, tecnologia e outros, com ética e eficiência, de forma a contribuir para a consolidação das áreas, para a formação de pesquisadores, e para a produção de conhecimentos, que fundamentem o desenvolvimento de ações educativas responsáveis e comprometidas com a melhoria do conhecimento científica e com o bem estar social.

De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Dimensão, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

A opção por uma publicação visa aproximar os trabalhos originais e inéditos nos diferentes domínios de Estudos. Se percebido do ponto de vista social, as questões mudam juntamente com a perspectiva. A soberania, por exemplo, deixa de ser uma esfinge e passa a ser percebida como um fato da vida. Do mesmo modo, os elementos que mais chamam a atenção passam a ser aqueles relacionados à interação entre sistemas.

Sejam bem vindo e boa leitura.

---

Betijane Soares de Barros

## SUMÁRIO

---

<b>A CONTRIBUIÇÃO DO NEUROPSICOPEDAGOGO E DA FAMÍLIA NAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS DOS ESTUDANTES</b>	01
María Vanisia Jacinto da Silva dos Santos Ivonise Maria Cordeiro Mascarenhas Rosemaire Mascarenhas Costa Ana Lúcia Nogueira da Silva Nascimento Luiz Carlos Bastos Da Rocha Avelina Pereira Barros	
<b>PSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE ESCOLAR: FATOR ESSENCIAL PARA MELHORIA DO ENSINO-APRENDIZAGEM</b>	13
Jacqueline Gonçalves Marques María Aparecida dos Santos María Lúcia Pereira Silva Lima	
<b>RELEVÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA EMEB BARÃO DE PENEDO</b>	31
Ayres Oliveira Silva Rebeca Souza Costa María Lúcia Pereira Silva Lima	
<b>AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DO PROFESSOR</b>	49
Ederlâini Silva dos Santos Rafaelle Higino de Lemos	
<b>O PROCESSO AVALIATIVO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ-ESCOLAR I E PRÉ ESCOLAR II</b>	63
Hemanuely Aparecida Lemos dos Santos María Lúcia Pereira Silva Lima	



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## A CONTRIBUIÇÃO DO NEUROPSICOPEDAGOGO E DA FAMÍLIA NAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS DOS ESTUDANTES

*Maria Vanisia Jacinto da Silva dos Santos<sup>1</sup>*

*Ivonise Maria Cordeiro Mascarenhas<sup>2</sup>*

*Rosemaire Mascarenhas Costa<sup>3</sup>*

*Ana Lúcia Nogueira da Silva Nascimento<sup>4</sup>*

*Luiz Carlos Bastos Da Rocha<sup>5</sup>*

*Avelina Pereira Barros<sup>6</sup>*

### RESUMO

O artigo analisa o fracasso escolar dentro de uma realidade social em que o papel da escola está voltado para a aprendizagem, o da família em fazer o acompanhamento pedagógico junto a escola e o do neuropsicopedagogo em auxiliar na superação dos problemas de aprendizagem ali encontrados. Tem por objetivo mostrar a importância da família no processo ensino-aprendizagem, analisar a atuação do neuropsicopedagogo de forma eficaz na aprendizagem dos nossos alunos no **contexto escolar** e refletir sobre o fracasso escolar tão presente no cenário das escolas. É uma pesquisa bibliográfica baseada em artigos científicos, levando em consideração o dia a dia do professor e as perspectivas que possibilitam sanar o fracasso escolar junto a família e ao profissional da neuropsicopedagogia. Essa pesquisa mostrou que alguns docentes ainda continuam sem saber lidar com o fracasso escolar, sentindo-se despreparados para fazer essa mediação entre o indivíduo e o objeto de estudo e por isso se faz tão necessário o trabalho do neuropsicopedagogo para se compreender como acontece o processo de aprendizagem. A partir desse estudo, percebe-se que se faz necessário a intervenção de um neuropsicopedagogo nas escolas, pois essa área do conhecimento tem atuação, estudos e pesquisas, que se constitui na interface entre Educação e Saúde, lidando com o processo de aprendizagem em nível institucional e clínico focando nas análises dos processos de aprendizagem humana de forma preventiva para que de fato o aluno atinja a aprendizagem.

**PALAVRAS CHAVES:** Estudo de Validação. Lesão por Pressão. Avaliação Educacional.

---

1 vanisiasilva8@gmail.com

2 ivonisemcm@hotmail.com

3 rosemaire.rosas@hotmail.com

4 ananogueiraa@gmail.com

5 luizcarlosbastosjr@hotmail.com

6 avelina.pereira@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Cada época traz consigo uma nova forma de incluir o diferente. Oportunamente o fracasso escolar tornou-se um caso de inclusão, visto que, a criança que não consegue atingir a aprendizagem acaba recebendo rótulos e sendo excluído mediante os colegas. Os termos pejorativos de “burro e não sabe nada”, são corriqueiros na sala em que alguns alunos não conseguem acompanhar os demais colegas na aprendizagem. Sabendo que a inclusão tem realce nas legislações e regimentos nacionais, se faz necessário buscar métodos novos e parcerias para que o fracasso seja sanado do cenário escolar.

Com o impulso das políticas públicas de inclusão, é necessário apreender e definir os desafios atuais da escola, com o propósito de buscar novas orientações para a educação. O fracasso escolar atualmente, ainda é um desafio para a escola, pois grande parte dos profissionais da educação ainda não inovaram sua forma de ensinar e o fracasso escolar continua sendo um dos grandes vilões das últimas décadas. Com isso, há um declínio do papel “formador” da escola e uma crise existencial do aprendiz, que acaba tornando-se um ser passivo no ambiente escolar conduzindo-o ao fracasso.

Embora sejam muitos problemas em questão que a escola necessita superar,

não se pode negar que as influências familiares e o não acompanhamento em casa das tarefas escolares podem fazer do trabalho educativo um fracasso. Muitos são os desajustes detectados na educação e dentre eles pode se citar a questão familiar tão defasada no processo ensino aprendizagem.

Um item de suma importância para se buscar o sucesso escolar é a articulação família e escola. Essa parceria tem base reconhecida pelas leis nacionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) em seu artigo 4º determina: “é dever da família[...] assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à [...] educação[...]”. Ainda no artigo 55 da mesma lei, os pais são chamados a responsabilidade para que a criança chegue a escola, atribuindo esta obrigação aos mesmos. Art 55: “os pais ou responsável tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Faz-se necessário que as políticas públicas busquem incentivar a participação efetiva da família no desenvolvimento do aprendiz, de maneira que haja uma sociabilidade entre processo educativo-escola- família.

A família é o primeiro vínculo da criança e é responsável por grande parte da sua educação e da sua aprendizagem. O que a família pensa, seus anseios, seus objetivos e expectativas com relação ao

desenvolvimento de seu filho também são de grande importância para o neuropsicopedagogo chegar a um diagnóstico, caso trate-se de uma patologia.

Logo o neuropsicopedagogo preocupa-se com o problema da aprendizagem humana buscando inicialmente o processo de estudo das características da aprendizagem tais como se aprende, como a aprendizagem evolui de forma significativa e se a mesma encontra-se condicionada a diversos fatores, por isso há o questionamento de como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las.

Em vista disso, justifica-se a necessidade de aprofundamento nesta temática, pois é inegável a contribuição do neuropsicopedagogo para sanar os problemas de aprendizagem que rotineiramente são apresentados pelos estudantes. Em vista disso, percebe-se que a construção da aprendizagem não depende apenas do professor, mas este precisa se adequar as demandas do aluno, que depende de sua interação com o meio, com a família e com os avanços que ocorrem no meio educacional.

Assim, o presente artigo tem por objetivo mostrar a importância da família no processo ensino-aprendizagem, analisar a atuação do neuropsicopedagogo de forma eficaz na aprendizagem dos nossos alunos

no contexto escolar e refletir sobre o fracasso escolar tão presente no cenário das escolas.

Esse trabalho tem como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica com o intuito de analisar e registrar informações sobre o tema em estudo e é de suma importância para os profissionais da educação, pois apresentará reflexões baseadas nos conhecimentos adquiridos e fundamentados por teóricos relevantes na temática.

Para entender melhor a temática abordada, o artigo versará sobre os seguintes tópicos: fracasso escolar: patologia, falta de interesse ou desmotivação? Como o docente pode motivar o aluno a estudar? A intervenção do neuropsicopedagogo no contexto escolar. Em seguida, as considerações finais.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

## **2. FRACASSO ESCOLAR: PATOLOGIA, FALTA DE INTERESSE OU DESMOTIVAÇÃO?**

Vive-se um presente de transformações e hoje se percebe que as pessoas também mudaram. Essa mudança tem refletido bastante no comportamento humano. O conceito de família passou por alterações, pois por tradição a ideia de família estava associada a pai, mãe e filhos. Atualmente esse conceito ampliou-se e família dentro desse contexto agora se constitui em um grupo de pessoas que habitam em uma mesma casa, ligadas por afeto ou parentesco. No contexto escolar, a família tem um papel de destaque, de parceira no processo ensino aprendizagem e por isso, precisa está lado a lado com a escola para que o processo de ensino e aprendizagem busque caminhos que elevem a autoestima do aprendiz e consequentemente, torne-se melhor o seu desempenho na concepção de realização de tarefas.

Assim, para que o processo de ensino e aprendizagem seja coerente com a prática docente, nesse (processo ensino-aprendizagem) devem ser inseridos conteúdos que estejam dentro da realidade do aluno para que o mesmo não se sinta tão longe do aprender, pois a relação é estreita entre o que se aprende e o que se ensina.

Quando se ensina, deve-se ter por objetivo a ação de instigar, orientar, criar condições, direcionar, preparar, organizar e operacionalizar as várias situações de aprendizagem para que o aluno tenha

condições de se apropriar do conhecimento e assimilar o saber.

Dessa maneira é indispensável se pensar em educação sem instrução, se pensar em instrução sem ensino e se pensar em ensino sem o aprender e sem o acompanhamento da família. À medida que o aluno tem um saber real, de imediato ele exterioriza esse saber dentro da sociedade de acordo com o seu tempo, pois educação não se sustenta sem instrução. Quando se instrui dá-se a permissividade ao aluno de refletir sobre uma ação colaborativa, participativa e conjunta, de forma que se chegue ao aprender. Nesse aprender está à dúvida, o erro, a possibilidade de revisão e alteração que leva o aprendiz a situação de aprendizagem.

Assim, quando essa aprendizagem não acontece, o aluno sente se fracassado, derrotado e perde o gosto pelo estudo. Conforme, José Maria Puig Rovira (2004, p.83); “a escola não deve criar indivíduos apáticos, desanimados ou desmoralizados [...] não há pior fracasso escolar que produzir alunos com tão baixa autoestima”.

Quando o aluno se sente desmotivado, o trabalho escolar passa a ser um empecilho, a aprendizagem não acontece e a escola passa a não ter significado. Sucesso e fracasso são experiências vivenciadas por todos, mas quando esse fracasso está ligado a escola, a marca é bem mais profunda, pois, o

sentimento de incapacidade algumas vezes acaba deixando muitos aprendizes na metade do caminho.

De acordo com Marchesi (2004.p.132) “os conceitos de autoestima, habilidade, esforço e experiência de fracasso estão no núcleo explicativo da desmotivação generalizada dos alunos”. Logo, quando o aluno generaliza esse fracasso, qualquer tarefa escolar que for realizada por ele não terá sucesso, visto que, tarefa e autoestima não conseguem interligasse.

À escola então, cabe interferir elevando a autoestima do aprendiz e não enfatizando que se ele não conseguiu foi por que não houve interesse.

Porém, o sucesso e o fracasso também estão ligados à escola, que, por não conseguir preparar bem esse aluno acaba por ficar com o sentimento de despreparo e tem dificuldades de trabalhar com a realidade demonstrada pelo indivíduo. Essa dificuldade gera questionamentos para a escola que num ato defensivo começa a tachar o baixo rendimento escolar do aluno de doença ou falta de interesse por parte do aprendiz.

Logo, refletir sobre a elaboração e planejamento de um currículo que gere no discente o interesse pelo estudo, se torna primordial, pois é na escola que o sujeito deve ser preparado para lidar com suas angústias e desilusões, porém, a família

também, precisa está próximo incentivando nessa caminhada, para que as angústias não venham a tornar-se uma patologia.

O fracasso é uma mazela, uma doença social, causada pela exigência da sociedade. Na escola, por exemplo, o aluno é explorado por teste de nível intelectual e quando não consegue atingir o resultado esperado pela escola geralmente recebe rótulos e é deixado a margem do conhecimento.

Weiner (1979; 1985) dedicou-se a estudar as causas que levariam o aluno ao fracasso e sucesso escolar. Esse teórico atribui às causas do sucesso e fracasso escolar a existência de três dimensões: a internalidade (causas internas ou externas vivenciadas pelo sujeito), a estabilidade que traz a tona as causas estáveis ou instáveis e a controlabilidade que são os assuntos que podem ser controláveis ou não pelo sujeito.

Partindo do pressuposto da existência dessas três dimensões, pode-se dizer que as causas internas do sujeito diz respeito ao seu bem estar, ao passo que as influências da família, do professor, da sociedade e das atividades diárias constituem-se causas externas. O sujeito possui angústias e essas são exteriorizadas nos ambientes de sua vivência. De acordo com sua estabilidade essa angústia pode mudar para algo positivo ou simplesmente

torna-se inalterável, podendo ou não ser controlada pelo sujeito.

Assim, o grande papel da escola nesse momento é preparar esse cidadão para que ele seja um indivíduo socialmente ativo, desenvolvendo com nitidez suas competências cognitivas e sociais, de maneira que a aprendizagem aconteça em interface com a realidade que se faz presente.

Dentro dessa perspectiva, pode-se então deduzir que a interação professor-aluno exige cumplicidade e que esta só irá ocorrer quando existir uma relação de confiança e comunicação, tornando o processo ensino-aprendizagem um instrumento de satisfação da interiorização do saber.

Logo, fracasso e sucesso escolar estão interligados as emoções e a motivação recebida no contexto escolar e familiar. Para querer ser um bom aluno é necessário despir-se da indefensabilidade aprendida e ir em busca da aprendizagem, do prazer pela descoberta, sinalizando estratégias positivas e relacionando o êxito com o esforço.

De acordo com Cordié p.25: “A curiosidade, o prazer da descoberta e a aquisição do conhecimento fazem parte da dinâmica da vida”.

Assim como não dá pra ser um bom professor utilizando apenas o quadro e o giz, também não dá para ser um bom aluno

sem a busca pelo conhecimento, sem a motivação da escola e sem o acompanhamento familiar.

Partindo dessa assertiva e citando D’Ambrósio (1999), “Educação é ação”. É isto que requer todos os jovens que desafiam a sala de aula, que tem o desejo de aprender e que querem fazer a diferença.

A diferença está no fazer de cada pessoa, logo, os termos patologia, falta de interesse e desmotivação não cabem dentro de uma instituição que faz a diferença e ao lado de aprendizes que buscam o sucesso.

### **3. COMO O DOCENTE PODE MOTIVAR O ALUNO A ESTUDAR?**

O sistema educativo é por excelência aquele que preserva as normas e os bons costumes. Ele concentra toda a energia em jovens que possuem aptidões e que se adequam a essas normas e sem querer generalizar, colocam em segundo plano, aqueles que não as tem.

Os jovens que ficam em segundo plano geralmente apresentam insucessos que reflete tanto no ambiente escolar quanto no meio social. É preciso que o docente ao se deparar com um quadro desmotivante por parte do aluno, o instigue e o motive a superar. Em alguns casos, o discurso do docente é disfarçado e acabam por vezes discriminando o aluno ao dizer: “esse aí não tem jeito, sei mais o que fazer

não”, etc., expressões estas que limitam a aprendizagem. Outros ainda dizem: “também com a família desestruturada que tem, não aprende nada”!

Enquanto docentes se ocupam de procurar uma justificativa para maquiar o problema do fracasso escolar, os alunos desmoronam, sem ajuda. Esse momento não é de ocultar o fracasso, mas de busca de motivação e de ajuda profissional neuropsicopedagógica para que o discente possa ir em busca de uma melhor qualidade na educação.

Um dos objetivos da educação é resgatar os alunos, dando significado as suas singularidades e a forma que a educação tem para motivar o aluno é mostra-lhe que o saber não é interdito e que se pode chegar ao ápice da aprendizagem sendo persistente.

Conforme Tiba (2011, p.92) “a verdadeira motivação tem de nascer da própria pessoa”. O educador pode, no entanto, descobrir quais estímulos podem ser utilizados para que o aluno sintase seduzido e motivado a estudar, porém, o desejo de valorização e de motivação precisa partir do seu eu.

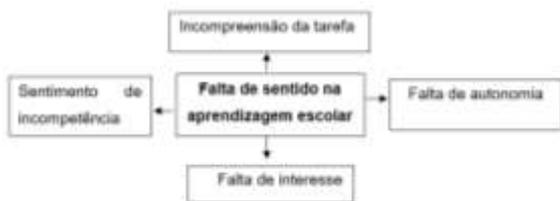
Conforme Marchesi (2004), a falta de motivação está ligada a um conjunto de fatores: experiências fracassadas, falta de confiança, incontabilidade de causas externas, falta de habilidade para condução de suas condutas e uma avaliação negativa

de sua própria autoestima. Em suma, esses fatores influenciam no processo ensino aprendizagem, dependendo do modo como o aluno percebe a aprendizagem para si e de suas expectativas para o aprender. Ao professor o primeiro requisito a adotar para atribuir sentido a aprendizagem, é entender em que consiste a falta de autoestima e o que é preciso fazer para resolver a situação e investir nas possibilidades de êxito do aluno.

O professor ao adentrar sua sala de aula é interessante observar o comportamento do aluno e mostrar sua total atenção, pois quando ele percebe que o professor não está interessado nele, por si só, ele se auto justifica, expressando sentimentos negativos e ao invés de tentar a aprendizagem, acaba por abandonar a escola.

Geralmente, o fracasso escolar está atrelado a itens como reprovação, evasão, indisciplina, incapacidade, incompreensão, falta de interesse, incompetência e falta de autonomia.

Marchesi (2004), citando (Mccombs e Whisler,1989; Solé,1993; Miras,1996), elenca algumas razões que levam um aluno a não encontrar sentido na aprendizagem escolar. São eles:



Essas quatro razões citadas pelo autor, trazem consigo alguns requisitos que necessitam de uma reflexão pelo professor.

O aluno fica sem motivação quando, não está claro o que ele deve fazer pra responder a atividade ou simplesmente quando o que foi explicado pelo professor foi incompreendido por ele.

Os conteúdos escolares precisam estar ligados a sua realidade para que o aluno desperte o interesse pela atividade e tente resolvê-la, caso contrário, não sentirá vontade de aprender.

É necessário que haja uma motivação, um conhecimento prévio do conteúdo a ser estudado para que o aluno se sinta a vontade para participar e contribuir com suas experiências para o processo ensino aprendizagem e para isso, a autonomia deverá ser trabalhada.

E por fim a mais cruel das razões, o sentimento de incompetência. Esse sentimento desperta no aprendiz uma auto avaliação e essa se associa a inutilidade. Sentindo-se inútil não terá esforço para se comprometer a solucionar as atividades que lhe são propostas.

Em suma, de acordo com Marchesi (2004), o professor e a metodologia adotada por ele, pode vir a ser o grande responsável pela falta de motivação de alguns alunos. No entanto, sabe-se que existem outros fatores, inclusive externos que acarretam consequências negativas e que influenciam em maior ou menor grau sua motivação para o estudo.

O fracasso então toma conta da ausência de sentidos do aprendiz e produz a desmotivação, que atinge não só quem a estuda, mas também a escola e a família.

Dentro desse contexto, os problemas de aprendizagem são construídos na trama da organização familiar e social que lhe outorga significações.

Quando se pensa em fracasso escolar, logo se pensa em reprovação tanto escolar quanto social. A reprovação está ligada ao erro e o erro justifica-se pela não aprendizagem ou incompetência do aluno. Segundo Carvalho (1997, p.12):

Quando associamos erro e fracasso, como se fossem causa e consequência, por vezes nem se quer percebemos que, enquanto um termo- o erro- é um dado, algo objetivamente detectável, por vezes até indiscutível, o outro – o fracasso- é fruto de uma interpretação desse dado, uma forma de o encararmos e não a consequência necessária do erro[...].

Assim, é conveniente destacar que essa associação erro e fracasso tem uma consequência que pode ser resumida a insatisfação e insucesso. O erro leva a insatisfação, ao não conhecimento do objeto e o fracasso leva ao insucesso, ao “sentimento de não sou capaz, não consegui, sou incompetente”.

Para todos os estudantes o sucesso escolar é importantíssimo, já que seu desempenho como pessoa está vinculado em grande parte à sua atuação como aluno.

Para a família, o sucesso escolar dos filhos é quase que um atestado social de êxito dos pais como educadores, pois se o filho passa de ano, tem êxito nas atividades escolares, é porque os pais foram boas influências e estavam mais presentes na educação escolar.

Para a escola, alunos com bom desempenho escolar, em geral significam profissionais bem sucedidos no futuro. E o que acontece com os alunos que não conseguem ser bem sucedidos?

Quando o problema do fracasso volta-se única e exclusivamente para o aluno, a escola, o sistema educacional, as condições sociais e a família se distanciam da responsabilidade que pesam sobre eles e o fracasso será sempre do aluno. Dentro do contexto escolar, é preciso que haja motivação por parte do professor para com o aluno e uma didática que faça sentido para ele continuar a estudar.

Individualmente, o estudante, a escola ou a família não são linearmente responsáveis pelos problemas de aprendizagem ou em última análise, do sucesso ou fracasso escolar, mas a combinação entre fatores congênitos e as experiências vivenciadas nesses ambientes, levam a emergência das predisposições existentes e que podem ser desencadeadoras potenciais dos transtornos de aprendizagem. Os estudantes com dificuldades de aprendizagem, de baixa autoestima, de sensação de incapacidade e fracasso devem ser encorajadas a superarem seus problemas a partir de suas reais potencialidades. De acordo com Marchesi e Pérez (2004, p. 32):

É preciso romper essa dinâmica e propiciar que o aluno tenha experiências positivas que melhorem sua autoestima e que o revigorem para manter o esforço em tarefas posteriores. Para isso, é necessário que o professor ajuste a tarefa às possibilidades de cada um e mantenha as expectativas positivas para a aprendizagem de todos os seus alunos.

Em suma, ao professor não basta explicar bem a matéria que ensina e exigir que o aluno aprenda. É necessário despertar a atenção do aluno, criar nele interesse pelo estudo e estimular seu desejo de conseguir os resultados visados mediante tarefas progressivas.

#### **4. A INTERVENÇÃO DO NEUROPSICOPEDAGOGO NO FRACASSO ESCOLAR**

O profissional da Neuropsicopedagogia apropria-se de um papel de veemente importância na abordagem da incógnita da dificuldade de aprendizagem de estudantes em idade escolar. As dificuldades encontradas durante esse período são esperadas, entretanto necessitam ser supridas, fazendo-se necessárias algumas intervenções distintas das normalmente utilizadas. Outro fator a ser considerado é a aprendizagem significativa, pois a mesma expressa o processo pelo qual o estudante adquire, assimila e transforma conhecimentos, habilidades, competências, comportamentos e valores que são de suma importância para a aquisição do conhecimento. Nessa, novos conhecimentos que se adquirem relacionam-se com o conhecimento prévio que o aluno traz consigo e cabe ressaltar, trata-se de um processo dinâmico em que o novo conceito formado passa a ser um novo conhecimento, que pode servir de futuro ancoradouro para novas aprendizagens (AUSUBEL et al., 1980; MOREIRA, 1999a, 1999b.). Assim, quando um neuropsicopedagogo chega a instituição escolar, acredita-se que ele vai sanar e erradicar todos os problemas da escola, sejam eles de aprendizagem, indisciplina,

evasão, exclusão, desestímulo docente e entre outros.

No entanto, o trabalho é específico e abrangente e toda estrutura educacional necessita estar envolvida e ciente das metas estabelecidas no Plano Político Pedagógico (PPP) para que quando o neuropsicopedagogo se depare com os desafios e habilidades tais como: competência, visão de mundo e conhecimento teórico/prático os mesmos possam ser o recurso que determinará o sucesso de seu trabalho. Na instituição escolar, por exemplo, a intervenção neuropsicopedagógica deve abordar o trabalho em conjunto onde todos queiram alcançar um único objetivo: o sucesso escolar dos alunos. Por tanto é inegável a importância desse profissional.

Assim declara Solé (2000, p. 29) que essa intervenção tem um maior alcance quando realizada no ambiente em que o aluno desenvolve suas atividades e por meio das pessoas que, cotidianamente, se familiarizam com ele, dado que as técnicas de aprendizagem se relacionam diretamente com a socialização e a aproximação dos alunos no contexto sócio - educacional em que os mesmos estão inseridos.

Na prática, quando o estudante consegue desenvolver suas capacidades intelectuais através de estímulos, da atenção, da memória e do pensamento lógico crítico, de fato acontece a

intervenção neuropsicopedagógica de forma eficaz. Logo, cabe ao profissional da educação possibilita aos seus estudantes oportunidades para que o conhecimento para a vida aconteça.

Partindo da hipótese de que o estudante, ao chegar à escola, já carrega consigo uma diversificada experiência instrutiva provinda do meio em que vive, é papel dos docentes orientar e guiar o conhecimento a partir de uma prática vivenciada e concatenada à realidade do estudante, fazendo-o deixar para traz o sentimento negativo de derrota e fracasso.

Assim, todo processo requer a participação da família e da instituição escolar, que devem estar conectada numa única finalidade, e assim constituir meios afetivos e de estimulação cognitiva de forma que estas intervenções se tornem eficientes e alcancem seus reais objetivos que é o resgate do gosto pelo aprender.

## CONCLUSÃO

Apesar de vivermos em mundo onde a mudança parece ser frequente, percebe se que a grande mudança deve iniciar no mundo interior do ser humano. O docente, por exemplo, está tendo dificuldades para se relacionar com o mundo social que seus alunos apresentam e isso tem trazido à tona o critério de negativo e positivo dentro do processo ensino aprendizagem e esse

repercute para o discente em fracasso e sucesso escolar.

Os professores acabam achando-se inativos mediante seu lado profissional, por sentirem-se despreparados e não conseguem sanar o problema que tão constantemente se apresenta no cenário escolar: o fracasso por parte do aluno. Mediante esta inatividade os professores buscam fazer um resgate trabalhando a parceria escola e família na busca do sucesso para todos os envolvidos

As atividades escolares pedem mudanças de paradigmas e cabe ao professor responder às necessidades dos estudantes e deixar de lado os pensamentos negativos: “do não sei como fazer” e “esse menino não tem jeito” e arregaçar as mangas para chegar ao sucesso de ambos

Logo, o ensino requer parceria e o neuropsicopedagogo flui como um estrategista nesse sentido, pois, através do diagnóstico clínico, irá identificar as causas dos problemas de aprendizagem e buscar intervenções com o objetivo de identificar a melhor forma do estudante aprender e o que de fato poderá estar causando o bloqueio na aprendizagem. Porém, se o professor não se sentir capacitado, o aluno não se sentir motivado, não haver ajuda profissional e a família não participar do processo educativo, o ensino será em vão, pois alunos não percorrem sozinho para o aprendizado, é necessário um mediador que o encoraje para que a aprendizagem aconteça, pois

sozinho ele (o aluno) não dará conta do processo ensino-aprendizagem.

Por fim, é importante ressaltar que a escola deve criar um vínculo entre aluno – família- escola e promover ações que gerem motivação para o bem estar dos sujeitos, revertendo o quadro de fracasso para o sucesso tão almejado entre os envolvidos no processo educativo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9394 de dezembro de 1996.

CORDIÉ, A. **Os Atrasados não Existem**. São Paulo: Artes Médicas, 1993.

HOBSBAWM, E. (1996). **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras.

MARCHESI, A; PEREZ, E. M. A **Compreensão do Fracasso Escolar**. In: MARCHESI, A; GIL, C. H & Colaboradores. **Fracasso Escolar: Uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARCHESI, A; COOL, C. PALACIOS. J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. In: MARCHESI, A. Os alunos

com pouca motivação para estudar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, Marco A., MASINI, Elcie F. Salzano. **Aprendizagem significativa. a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

MONEREO, Carles; SOLÉ, Isabel. **O assessoramento psicopedagógico: uma perspectiva profissional e construtivista**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ROVIRA, J.M.P. **Educação em Valores e Fracasso Escolar**. In: MARCHESI, A; GIL, C.H & Colaboradores. **Fracasso Escolar: Uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TIBA, Içami. **Pais e Educadores de Alta Performance**. São Paulo: Integre Editoria, 2011.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem** Petrópolis: Vozes, 28ª edição, 1987.

DAVIDOFF. Linda L, **Introdução à psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2001.

SAMPAIO. Simaia. **Manual Prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico**. 3 eds. Wak Editora

Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.



## **PSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE ESCOLAR: FATOR ESSENCIAL PARA MELHORIA DO ENSINO-APRENDIZAGEM**

*Jacqueline Gonçalves Marques<sup>1</sup>*

*Maria Aparecida dos Santos<sup>2</sup>*

*Maria Lúcia Pereira Silva Lima<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

O objetivo desse artigo foi reconhecer e entender a importância do Psicopedagogo para auxiliar nas dificuldades, transtornos de aprendizagem e patologias dos alunos em sala de aula. A atuação desse profissional deve ocorrer principalmente nos anos iniciais da escolaridade-fase na qual surgem significativas dificuldades, sejam por questões familiares, sociais ou intelectuais que afetam seu desenvolvimento diante do ensino aprendizagem, consideravelmente, em relação a leitura e a escrita, bem como, na forma de comportamento no meio em que vivem. A problemática de pesquisa desse estudo foi a falta de um Psicopedagogo para intervir nas dificuldades visualizadas em alunos do Ensino Fundamental. A ideia da busca pela investigação do problema surgiu durante um trabalho de intervenção realizado como exigência do Curso de Pedagogia numa sala de aula do 3º ano do Ensino Fundamental. A partir dessa visão, brotou a intenção de analisar a atuação do Psicopedagogo para realizar tais intervenções. A metodologia para construir esse artigo foi a qualitativa, visto que a pesquisa foi embasada em teóricos, leis e documentos que tratam do tema. A coleta de dados foi realizada por meio de leitura e o fichamento das principais ideias que serviram para fundamentar os tópicos destacados. Diante das pesquisas realizadas sobre a importância do psicopedagogo no âmbito escolar em especial nas salas de aulas, pode-se afirmar que de fato, o psicopedagogo tem um papel importante no desenvolvimento intelectual e cognitivo do estudante.

**PALAVRAS CHAVES:** Dificuldades, Ensino aprendizagem. Psicopedagogo.

---

1 Graduada em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Endereço eletrônico: jacgmarques09@gmail.com

2 Graduada em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. Endereço eletrônico cidakauamaycon@gmail.com

3 Pedagoga. Pós-Graduada em Gestão Educacional com ênfase em Inspeção Escolar pela Faculdade Atlântico. Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal d Alagoas. Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Metropolitana. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo e da rede pública municipal. Endereço eletrônico: luciapereira.naty@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A atuação do Psicopedagogo, suas intervenções no processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento educacional do aluno nos aspectos cognitivos e sociais é o foco principal desse estudo. Nesse contexto, destaca-se também a necessidade de parceria entre família, instituição e psicopedagogo, uma vez que o ser humano adquire valores culturais, deveres, responsabilidades e compromissos para fortalecer as estruturas pessoais através das interações com o outro.

Regulamentada pelo Projeto de Lei 3512 de 2008 a psicopedagogia passa a ser livre em todo o território brasileiro, com base no decreto do Congresso Nacional que deixa explícito nos Art. 1º ao 6º e seus incisos todas normas para o exercício dessa atividade. Entende-se então que tornar-se um psicopedagogo esta ligada a humanização das pessoas e a de si próprio.

A justificativa para a escolha da temática desse artigo se deu no decorrer da realização de um trabalho de intervenção numa escola da rede municipal de ensino, durante o Estágio Supervisionado Obrigatório. Através de observações e práticas, foi possível um contanto direto com os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, observou-se que estes não reconheciam sequer as letras do alfabeto, então, ficou evidente a necessidade desse

profissional na sala de aula para que em parceria com o professor consiga realizar um possível diagnóstico das causas dessas dificuldades e busque formas para ajudá-los a superar esse atraso na aprendizagem.

A partir do diagnóstico será possível descobrir as origens das dificuldades e desenvolver um trabalho interdisciplinar que seja capaz desenvolver suas habilidades, levando em consideração que cada aluno tem sua individualidade, pensando numa perspectiva no qual a aprendizagem esta diretamente ligada com informações e experiências adquiridas na realidade em que o indivíduo se encontra, podendo influenciar de forma negativa ou positiva em todas as suas etapas de desenvolvimento.

Dessa forma, o objetivo desse artigo foi refletir o papel do Psicopedagogo no ambiente escolar, através de intervenções na sala de aula, no intuito de propiciar aprendizagem significativa na educação dos alunos, dando ênfase as dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita, mas sem deixar os aspectos orgânicos, cognitivos e afetivos passarem despercebidos nesse processo.

A Psicopedagogia, na instituição escolar, tem uma função complexa e por isso provoca algumas distorções conceituais quanto às atividades desenvolvidas pelo psicopedagogo. Numa ação interdisciplinar, dedica-se a áreas relacionadas ao

planejamento educacional e assessoramento pedagógico, colabora com planos educacionais que envolvam a ludicidade no âmbito das instituições atuando numa modalidade cujas ações buscam relacionar a todos que fazem parte do processo de ensino aprendizagem: família, instituição e aluno.

Sobre o caminho metodológico, esse artigo foi realizado através da pesquisa bibliográfica de forma qualitativa, sendo evidenciado nas diversas falas e opiniões de muitos escritores e pesquisadores como: Rubinstein, Oliveira e Lopes, Fernandes, entre outros a importância da presença de um profissional psicopedagogo atuando nas instituições de ensino diretamente na sala de aula, seja ela pública ou privada.

Evidencia-se então, que as dificuldades de aprendizado em relação a leitura e a escrita estão presentes no cotidiano de todas as escolas, e em todos os níveis, causando, muitas vezes um processo de exclusão aos alunos que não conseguem acompanhar o que está sendo transmitido pelos educadores, e noutras vezes, os próprios educadores não conseguem intensificar as causas dessas dificuldades, devido a quantidades de alunos que formam a sala de aula e que cada um possui seu tempo próprio de aprendizagem, além disso, há a questão do meio em que ele está inserido que traz grande influência, seja de forma positiva ou negativa.

Entende-se então, que identificar e procurar solucionar as diversas dificuldades encontradas no ambiente escolar não é uma tarefa fácil, mas é fundamental para qualquer professor, principalmente no início da escolaridade das crianças, contudo a ausência de um profissional especializado desde do início da vida escolar, que saiba como o sujeito se constitui e se transforma nas suas variadas etapas da vida, dificulta ainda mais esse diagnóstico.

No intuito de sistematizar a compreensão dos leitores deste artigo, optou-se por dividi-lo em seções. Assim, a primeira seção, intitulada como introdução apresenta um breve contexto resumido de todo o processo relativo as discussões, referências, dialogo entre autores que se encontram em todo o trabalho. A segunda seção, trata do Psicopedagogo no ambiente escolar. A terceira seção aborda os materiais e métodos da pesquisa, ou seja, o caminho para a conquista do objetivo. A quarta e última seção, apresenta de forma sucinta os resultados e discussões a partir das fontes pesquisadas como referencial para se compreender a temática em estudo, em sequência, tem-se a Conclusão que faz um resumo geral de tudo que foi vivenciado.

A pesquisa aqui apresentada mostra não apenas a importância do Psicopedagogo no contexto escolar, como também os impactos causados pela sua ausência,

cabendo ao sistema de educação e as escolas de modo geral, buscar alternativas para que este profissional seja parte integrante do processo educativo escolar.

## **2. PSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE ESCOLAR: FATOR ESSENCIAL PARA AMELHORIA DO ENSINO-APRENDIZAGEM**

A psicopedagogia é um campo de conhecimento ainda recente, de acordo com Bossa (2011, p. 39), os primeiros Centros Psicopedagógicos foram fundados na Europa, em 1946, por J Boutonier e George Mauco, com direção médica e pedagógica. Estes Centros uniam conhecimentos da área de Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, onde tentavam readaptar crianças com comportamentos socialmente inadequados na escola ou no lar e atender crianças com dificuldades de aprendizagem apesar de serem inteligentes.

Sobre o início da psicopedagogia no contexto brasileiro, a autora supracitada enfatiza que “a psicopedagogia chegou ao Brasil, na década de 70, cujas dificuldades de aprendizagem nesta época eram associadas a uma disfunção neurológica denominada de disfunção cerebral mínima (DCM) que virou moda neste período, servindo para camuflar problemas sociopedagógicos” (BOSSA, 2011, p. 48-49).

Posteriormente, este profissional passou a atuar na área da saúde e da educação humana tendo como método principal a investigação, estudando as três áreas principais do desenvolvimento: área cognitiva, social e afetiva, com interesse especialmente no processo de construção do conhecimento e nas dificuldades que essa construção pode apresentar. É evidente que o indivíduo que não consegue aprender, também não consegue realizar as funções educacionais fundamentais para seu desenvolvimento social e cognitivo, sendo assim, deve-se atentar para a contribuição do psicopedagogo que tem como atribuições:

Melhorar o processo de ensino e a qualidade da aprendizagem, com base em uma visão ética e social; promover a aprendizagem cooperativa, em que cada aluno possa atingir seus objetivos de forma colaborativa, tendo a integração, o grupo, o trabalho em equipe como pressuposto para essa aprendizagem; promover a cooperação entre escola e a família com base nos projetos educativos específicos; colaborar com a formação do professor; participar de equipes multidisciplinares, compartilhando ideias, procedimentos e materiais didáticos (OLIVEIRA, 2014, p. 41).

Analisando essas atribuições, percebe-se que o psicopedagogo tem um

papel essencial na aprendizagem com condições de direcionar esse processo, identificando as possíveis causas das dificuldades apresentadas pelos alunos, e propor metodologias que possibilitem a melhoria da aprendizagem dentro de cada especificidade identificada, oportunizando o desenvolvimento, ampliando as habilidades desses alunos e proporcionando maior e melhor interação no ambiente escolar e em outros meios que venha estar inserido. Nesse contexto, a psicopedagoga Leda Barone (1987, p.17), afirma que o problema específico da Psicopedagogia diz respeito à “existência de pessoas normalmente desenvolvidas que não aprendem, embora colocadas numa situação normal de escolaridade”.

O psicopedagogo no contexto escolar tem o papel de auxiliar na formação do aluno para o seu sucesso escolar e também para a vida, por meio de métodos e técnicas capazes de reduzir os índices de fracasso escolar e solucionar problemas do processo educativo. Nesse contexto, a ação psicopedagógica consiste na interpretação “do processo de aprendizagem, bem como da aplicabilidade de conceitos teóricos que lhe deem novos contornos e significados, gerando práticas mais consistentes, que respeitem a singularidade de cada um” (NOGARO et al., 2014, p. 169).

Dessa forma, o psicopedagogo precisa desenvolver suas metodologias, através de teorias que abordem de forma interdisciplinar vários campos de conhecimento, considerando que cada criança tem uma forma de reagir diante das tarefas apresentadas: angustias, ansiedades, bloqueios, enfim, um leque de sentimentos que se misturam, e podem dificultar a aprendizagem, levando o psicopedagogo a pensar e repensar o processo de ensinar a aprender.

E ainda compartilhando do mesmo pensamento, a psicopedagoga Rubinstein (1987, p.15), afirma que o objetivo da Psicopedagogia é “compreender o indivíduo enquanto aprendiz. Como alguém cheio de dúvidas, fazendo escolhas e tomando decisões a cada passo do longo caminho percorrido em vida”. Vê-se então, que esse profissional tem uma importância singular nesse processo de acompanhamento para que os sujeitos aprendam de forma significativa e tomem decisões acertadas.

Visto que muitas são as análises em relação à atuação do psicopedagogo na compreensão e resoluções de problemas relacionados com a aprendizagem e o desenvolvimento da criança no âmbito escolar, fica claro e evidente a importância de sua presença nas salas de aulas, transformando e ampliando o campo de conhecimentos e de aprendizagem.

## 2.1. INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA E LEGISLAÇÃO

O projeto de lei que regulamenta o exercício da atividade de psicopedagogia ocorreu em 2008 com a Lei 3.512, criada pela Deputada Professora Raquel Teixeira, que em seu

Art.1º destaca: “É livre, em todo território nacional, o exercício da atividade de Psicopedagogia, observadas as disposições desta lei”. Já o Art. 4º inciso I destaca que: intervenção psicopedagógica, visando a solução dos problemas de aprendizagem, tendo por enfoque o indivíduo ou a instituição de ensino público ou privado ou outra instituição onde haja a sistematização do processo de aprendizagem na forma da lei.

As IDCNs do Curso de Pedagogia são documentos importantes que norteiam toda a formação do professor conduzindo-o para atuar de forma precisa no que diz respeito ao processo de formação dos estudantes, nesse sentido, destaca-se a DCN nº 02 de 2015 que trata em seu Art. 8º sobre o egresso da formação inicial e continuada. A DCN afirma que: “os cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a: III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do

desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica”.

Sendo assim, mesmo sabendo que o professor precisa conquistar estas habilidades e competências em seu processo de formação, poderá encontrar situações desafiadoras de dificuldades de aprendizagem em sala de aula que por si só não dará conta de sanar, necessitando do auxílio de um profissional especializado para tal fim como, por exemplo, um psicopedagogo.

A mesma DCN de 2015, traz um contexto bem significativo no que diz respeito ao querer aprender do aluno, no entanto, se o estudante traz consigo alguma dificuldade de aprendizagem, o professor pode utilizar uma prática pedagógica dinâmica e mesmo assim ele não se sente estimulado, motivado pelo fato de haver essa barreira no seu processo de entendimento. Diante disso destaca-se:

Por mais que o professor, os companheiros de classe e os materiais didáticos possam e devam contribuir para que a aprendizagem se realize nada pode substituir a atuação do próprio aluno na tarefa de construir significados sobre os conteúdos da aprendizagem. É ele quem vai modificar enriquecer e, portanto, construir novos e mais potentes instrumentos de ação e interpretação. (BRASIL/DCN, 2015).

Então, a partir do exposto acrescenta-se que se o aluno tivesse recebido um acompanhamento no início do seu processo de escolarização, construiria significados sobre aquilo que está sendo ensinado. Vê-se que não basta o curso de formação para professores cumprir o que está prescrito em sua legislação, é preciso que a escola também atente para o cumprimento das Diretrizes que norteiam a educação básica principalmente no que se refere a oferta de profissionais especializados para atuar nesse contexto psicopedagógico favorecendo a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Atualmente, pensar em aprendizagem logo nos remete a BNCC. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. (BRASIL, 2017, p.7).

Diante disso, pode-se afirmar que a psicopedagogia em sua totalidade seja considerada umas das principais ferramentas no processo de ensino-aprendizagem, já que possibilita o desenvolvimento das competências presentes na BNCC de forma eficaz dando suporte ao educador, auxiliando-o com metodologias que sejam capazes de oferecer aos alunos os direitos de

aprendizagem garantidos pela mesma: conviver, buscar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Diante disso, a contribuição do psicopedagogo se constitui como algo relevante não apenas para garantir os direitos de aprendizagem como fazer acontecer o aprendizado a partir das dez competências básicas da BNCC. Para tanto é necessário organizar intervenções sistematizadas de acordo com o contexto. Ante isso, convém ressaltar as seguintes modalidades de intervenção psicopedagógicas:

As **intervenções corretivas**, em geral, destinam-se a casos específicos de sujeitos com dificuldades de aprendizagem pontuais e que ainda podem ser atendidos na escola, por uma equipe interdisciplinar.

As **intervenções de caráter preventivo** têm uma natureza coletiva e destinam-se a grupos de sujeitos em situação de risco ou dificuldades de aprendizagem.

As **intervenções psicopedagógicas de enriquecimento escolar** são destinadas a todos os alunos, pois objetivam potencializar talentos e competências, a despeito da existência de quadros de dificuldades de aprendizagem. (OLIVEIRA, 2020,p. 63, Grifo nosso)

É importante destacar que antes de qualquer ação, seja realizado um diagnóstico precoce do real problema, já que são diversas as causas da levam um

indivíduo a não aprender. Muito conhecida, a dislexia, é uma das causas que compromete a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo de muitas crianças, além dos problemas emocionais, que envolvem questões familiares, sociais e que afetam bruscamente a aprendizagem e o desenvolvimento do ensino das crianças.

Dentro desse contexto, as dez competências Básicas da BNCC apontam para uma educação que permita a inclusão de todos sob aspectos que devem ser trabalhados no ambiente escolar envolvendo as questões supracitadas. Especificamente a Competência de nº 1 trata da valorização dos conhecimentos conforme prescrito:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária”. (BRASIL/BNCC.2017)

Diante do exposto, na citação sobre a competência número 1 da BNCC, percebe-se que é uma competência que fala sobre os alunos serem capazes de valorizar e utilizar os conhecimentos de mundo de forma que possam entender e modificar a realidade em que se encontram. Dessa

forma é uma competência que esta diretamente ligada com todos os componentes curriculares, num pressuposto de que os currículos devam ser motivadores, e despertem nos alunos o desejo de aprender, fazendo-os refletir sobre o que estão aprendendo e porque estão aprendendo, ou seja, que os currículos possam fazer com que os alunos sejam motivados a buscar mais conhecimentos que lhes garantam aprendizagem significativa.

## **2.2. INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

O psicopedagogo precisa saber o que é ensinar e o que é aprender; como interferem os sistemas e métodos educativos; os problemas estruturais que intervêm no surgimento dos transtornos de aprendizagem e no processo escolar. No trabalho preventivo, a instituição, enquanto espaço físico e psíquico da aprendizagem é objeto de estudo da psicopedagogia, uma vez que são avaliados os processos didáticos metodológicos e a dinâmica institucional que interferem no processo de aprendizagem.

Lopes e Oliveira (2012) afirmam que as principais contribuições do psicopedagogo estão relacionadas à "recuperação das habilidades cognitivas,

emocionais, sociais", tal profissional irá utilizar diferentes estratégias, porém sempre com o objetivo de desenvolver habilidades na criança com dislexia, elevando, conseqüentemente, sua autoestima e autoconfiança e valorizando suas potencialidades.

Sendo assim, o psicopedagogo ao fazer seu diagnóstico deve levar em consideração as particularidades do aluno, considerando que cada um precisa ser avaliado individualmente, levando em conta habilidades já desenvolvidas e que estão em desenvolvimento, bem como as experiências vivenciadas, tanto nos âmbitos escolares como nos âmbitos fora deles. Dessa forma criar perspectivas para o desenvolvimento de habilidade futuras.

Para Fernández, (1991), apud é possível realizar a entrevista inicial com os pais ou responsáveis pela criança, análise do material escolar, aplicação de diferentes modalidades de atividades e uso de testes para avaliação do desenvolvimento, áreas de competência e dificuldades apresentadas.

São diversas as causas da não aprendizagem, seja por algum distúrbio psicológico como é o caso da dislexia, até problemas sociais e familiares do cotidiano, que conseqüentemente causam na criança um trauma que a impede de se desenvolver em todas suas competências. É importante ressaltar que a Psicopedagogia não faz

distinção de idade ou sexo para atuar, pois as dificuldades, patologias ou distúrbios podem acontecer em qualquer fase da vida.

Fernández (2001) explica que:

O diagnóstico, para o psicopedagogo, deve ter a mesma função que a rede tem para um equilibrista. Para essa autora, a resposta do por que não se aprende, não é tão simples e única. Explica que é comum encontrar-se nos diagnósticos a origem dos problemas de aprendizagem, com o registro de: origem orgânica, deficiência intelectual, não aprende para manter o equilíbrio familiar, entre outros.

Realizado o diagnóstico, a busca agora é sobre o que fazer para ajudar a criança, qual a melhor forma de se reverter essa situação, buscar novas metodologias que possam ser capazes de levar essa criança a um patamar favorável de desenvolvimento de suas competências, ou seja, criar um método de intervenção eficaz e diferenciado para orientar o professor de como trabalhar com esse aluno.

Uma metodologia muito conhecida e utilizada desde muito tempo para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, bem como na descoberta de possíveis problemas relacionadas a mesma, é o Lúdico. Citado e comprovado por diversos pesquisadores como sendo de grande importância na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo, social e

intelectual das crianças desde os primeiros anos de vida, seja no ambiente escolar ou familiar. De acordo com Negrine (1994):

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global das crianças e que todas as e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, afetividade, a motricidade, a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança.

Inicialmente, a criança com problema de aprendizagem tende a confundir o conhecimento com a figura do psicopedagogo. É necessário que o profissional “saia deste lugar” e seja percebido como representante do conhecimento. Durante o trabalho realizado, será promovido o deslocamento que a criança possa fazer entre o psicopedagogo e o conhecimento, por intermédio de si mesmo (FERNANDEZ-1991).

No entanto, esse profissional não pode estar sozinho nesse processo, pais ou responsáveis, familiares e toda comunidade escolar possui um papel importante durante o processo de intervenção, pois a criança precisa se sentir acolhida, entendida e acima de tudo importante e capaz de aprender.

Dessa forma, além de desenvolver a aprendizagem a criança, também desenvolve a autonomia e a auto estima.

Saltini (2008, p.100), ressalta que “a criança deseja e necessita ser amada, acolhida e ouvida para que possa despertar para a vida da curiosidade e do aprendizado”. Entende-se então que para que uma criança possa se desenvolver plenamente faz-se necessário que esteja inserida em um ambiente que passe segurança, harmonia e interações com outro, sendo apoiada, amada e motivada a aprender. Assim, compreende-se que família e escola precisam caminhar juntas, pois são os principais suportes para que o aluno se sinta seguro para enfrentar as dificuldades e desafio da aprendizagem.

Não é uma tarefa fácil entender como uma pessoa aprende, mas é nessa perspectiva que o Psicopedagogo atua, fundamentalmente, percebendo o que o aluno em toda sua singularidade, necessita para desenvolver suas habilidades, realizando ações e estratégias específicas que despertem o interesse desse aluno, e que o faça se sentir capaz e motivado a aprender o novo, ampliando seus conhecimentos e suas experiências.

Fernández (1991) mostra que:

A situação lúdica, no momento diagnóstico, propicia a

compreensão dos processos intelectuais e afetivos utilizados pelo paciente e sua influência no seu modelo de aprendizagem. Como as crianças com problemas de aprendizagem apresentam dificuldades no jogar, Fernández (1991) considera importante a intervenção do psicopedagogo de modo que ela ganhe recursos e recupere a rigidez de modalidades de aprendizagem sintomáticas.

Comprovadamente o lúdico é de extrema importância para conseguir de forma peculiar e eficaz resultados positivos quando se trata de observação e diagnóstico sobre processos que envolvam o desenvolvimento de uma criança em todos os aspectos e fases da vida, já que o processo de aprendizagem de uma criança acontece ao longo da vida através de vários fatores que contribuem para seu desenvolvimento.

E ainda de acordo com Fernández, (1991) “necessitamos incorporar conhecimentos sobre o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo, estando estes quatro níveis basicamente implicados no aprender. Ante o exposto, percebe-se a necessidade da atuação psicopedagógica para que esse conhecimento de fato seja incorporado.

Finalizando esta seção, cabe destacar que a psicopedagogia vem se destacando através de uma identidade própria que se estrutura por estudos científicos que buscam cada vez mais o

conhecimento humano em suas especificidades, visando a evolução de suas habilidades enquanto aprendizado, bem como a prática de inclusão social e da cidadania, com apoio exclusivo da Associação Brasileira de Psicopedagogia, e recentemente surgiu o Projeto de Lei 282/19 que altera a Lei de Diretrizes de Bases (LDB, 9394/96) para determinar que caberá a cada sistema de ensino (municipal, estadual e federal), implementar o atendimento psicopedagógico nas escolas, proposto pelo deputado Bubens Otini, mas que ainda se encontra em tramitação.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

No intuito de alcançar os objetivos propostos na pesquisa para realização desse artigo, utilizou-se a pesquisa qualitativa que segundo Gil (2002), configura-se como método de percepção da realidade, no qual necessita de constantes observações, análises e interpretações conexas com o propósito de absorver os processos mais abrangentes e coesos ligados a uma determinada comunidade/contexto social.

Na busca por um repertório cultural mais avançado, bibliográfico e social, este artigo contou com um acervo de informações, por meio da pesquisa bibliográfica que, de acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica é um acervo de pressupostos teóricos que

debruçaram sobre a realidade, a fim de estudá-la e de interpretá-la, proporcionando conhecimento para a humanidade. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica é um conjunto de múltiplas categorias de texto científicos, que carrega consigo as análises de múltiplas realidades/pesquisas de múltiplos contextos.

A instrumentação utilizada para a obtenção dos dados relevantes a construção do artigo foi o estudo e fichamento das principais ideias dos teóricos como: Fernandes (2008), Rubinstein (1987, p.15), Oliveira e Lopes (2007) Barone (1987, p.17) entre outros.

Nós, humanos aprendemos a partir da identificação com nossos ensinantes, e somente em um ambiente familiar, e depois, no escolar e social, que nos aceite como seres pensantes. Quero dizer que, que permita, favoreça, nossas perguntas, dê lugar a diferença, em síntese, que favoreça a autoria de pensamento. A inteligência se constrói, a atividade de pensamento se constrói, como também a atenção e a capacidade de se prestar atenção (FERNANDES 2008a).

No que se refere ao tratamento dos dados, após o fichamento foi realizada a seleção dos textos que apresentavam coerência com o tema do artigo, feito a análise e construindo o diálogo com as ideias dos autores expressando também o

próprio ponto de vista, comungando ou discordando do seu pensamento em relação a temática aqui apresentada e todos os aspectos que estão nela inseridos para se chegar a um entendimento mais profundo acerca do papel do Psicopedagogo no ambiente escolar para a melhoria do contexto educativo, sobretudo no que se refere as dificuldades de aprendizagem.

A Psicopedagogia, como disciplina que estuda e trabalha com as aprendizagens humanas, oferece um campo de intervenções, cujos limites são amplos. O próprio processo humano de aprendizagem é um fenômeno complexo, que envolve múltiplos fatores e desafia qualquer tentativa de explicação a partir de um discurso científico único (RUBINSTEIN, 2017).

A partir da afirmativa do autor supracitado, percebe-se que a Psicopedagogia por ser uma área que envolve vários aspectos da aprendizagem humana e apresenta uma amplitude de limites, é indispensável no ambiente escolar, pois suas intervenções podem auxiliar na complexidade do desenvolvimento educacional permitindo que os sujeitos possam desenvolver suas habilidades e competências mesmo diante das limitações e dificuldades.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para explicitar um olhar mais atento sobre o papel do psicopedagogo nas instituições de ensino, destaca-se aqui a importância da pesquisa realizada a partir das concepções teóricas e os direcionamentos analisados nas leis e documentos que serviram de base para este estudo. E além disso, destaca-se nessa seção a vivência observada enquanto acadêmicas do Curso de Pedagogia em momentos de trabalhos, eventos, palestras principalmente nos períodos de Estágio Supervisionado Obrigatório em que ocorreram alguns acontecimentos que despertaram o interesse em pesquisar este tema.

Embora alguns estágios tenham sido realizados remotamente por causa da Pandemia da Covid19 e as medidas preventivas que legalizaram o distanciamento social, foi possível observar, por meio das atividades realizadas nos ambientes virtuais que muitos alunos não conseguiam acompanhar ou desenvolver as atividades aplicadas pela professora, o que nos remeteu ao entendimento de que as aprendizagens desses alunos estavam visivelmente sendo comprometidas. Isso nos levou a refletir que esse período de afastamento social, e abalo emocional, fez com que os alunos perdessem o interesse em estudar.

Dessa forma, o processo educativo daquele ambiente escolar onde ocorreram os estágios não atentou para a realização de um acompanhamento psicopedagógico capaz de interferir positivamente nas dificuldades dos alunos. Se não de forma presencial por conta do distanciamento social, mas através da intervenção com outros segmentos por meio de orientações.

Segundo Bossa (2016):

O psicopedagogo pode colaborar na elaboração do projeto pedagógico, ou seja, através de seus conhecimentos ajudar a escola a responder questões fundamentais como: O que ensinar? Como ensinar? Para que ensinar? Pode realizar o diagnóstico institucional para detectar problemas pedagógicos que esteja prejudicando a qualidade do processo ensino-aprendizagem; ajudar o professor a perceber quando a sua maneira de ensinar não é apropriada à forma do aluno aprender; orientar o professor no acompanhamento do aluno com dificuldades de aprendizagem; e ainda, realizar encaminhamentos para fonoaudiólogo, psicólogo, neurologista, psiquiatras entre outros.

Sendo assim, naquele momento de incertezas em relação à reciprocidade dos alunos sobre a nova forma de estudar, pais ou responsáveis que precisavam acompanhar não apenas o desenvolvimento de seus filhos, como também, de que forma

as aulas eram aplicadas, precisaram se adaptar e estar disposto a ajudar seu filho. Teria sido de extrema importância um profissional especializado que pudesse dar um suporte aos professores, realizando trabalhos específicos para crianças que apresentaram maiores dificuldades, já que o psicopedagogo atua nas diversas áreas conforme observado na exposição supracitada.

Faz-se necessário acrescentar que no decorrer do Estágio Supervisionado, foi observado que, alguns alunos recebiam maior atenção por serem mais desenvolvidos, porém, alunos que sentam na parte dos fundos, ficam isolados, pois tinham muitas dificuldades de leitura, escrita, não reconheciam os números, muitas vezes não recebiam atenção devida justamente pela professora não conseguir administrar uma sala de vários alunos e como esses alunos passavam de ano com essas dificuldades.

Observou-se também que a professora tem formação em Psicopedagogia, mas no dia a dia em suas ações pedagógicas nem sempre é colocado em prática devido ao grande número de atribuições em seu fazer pedagógico. Então, compreendeu-se que os alunos que estudam em escola pública não tem o respaldo necessário desse profissional tão importante, para intervir nas dificuldades de aprendizagem, sendo assim, os alunos que

não conseguem focar no processo de aprendizagem ficam a margem da escolarização, se fossem acompanhados, conquistariam o que afirma Rubinstein:

A partir do momento em que o foco de atenção passa a ser a compreensão do processo de aprendizagem e a relação que o aprendiz estabelece com a mesma, o objeto da psicopedagogia passa a ser mais abrangente: a metodologia é apenas um aspecto no processo terapêutico, e o principal objetivo é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm nesse processo (1992, p. 103).

Quando esse pedido de ajuda se dá via aprendizagem, aí deve atuar o psicopedagogo, por ser o profissional cuja formação o habilita para compreender e atender tais solicitações.

Diagnostica, orienta, atende em tratamento e investiga os problemas emergentes nos processos de aprendizagem. Esclarece os obstáculos que interferem para haver uma boa aprendizagem. Favorece o desenvolvimento de atitudes e processos de aprendizagem adequados. Realiza o diagnóstico psicopedagógico, com especial ênfase nas possibilidades e perturbação da aprendizagem; esclarecimento e orientação ocasional operativa em todos os níveis educativos.

No período de Estágio Supervisionado ficou evidente que neste trabalho de ensinar e aprender se existisse um psicopedagogo específico para auxiliar no processo poderia recorrer a critérios e diagnósticos no sentido de compreender a falha na aprendizagem e atuar em sua função interventiva.

A partir dos achados nas teorias que embasaram este estudo e nas observações realizadas nos momentos destacados nessa seção, percebe-se a necessidade da educação municipal se sensibilizar, no sentido de dar atenção aos alunos que estudam em escola pública desta rede, pois muitos pais não possuem alfabetização e entendimento das dificuldades de aprendizagem dos filhos para auxiliá-los, e desconhecem o direito que os estudantes têm de ser acompanhados por este profissional - o Psicopedagogo, que pode ser inserido em variados setores como hospitais e empresas etc, desencadeando assim novas demandas para a atuação e o fazer psicopedagógico no que se refere a construção, desenvolvimento e inclusão humana, tornando-o um ser autônomo capaz de se sobressair diante das dificuldades.

## CONCLUSÃO

Pesquisar e aprofundar-se sobre o tema em relação ao psicopedagogo e sua

atuação no âmbito escolar e em especial na sala de aula, trouxe a compreensão de uma maneira mais clara que as crianças dentro de suas especificidades devem e podem aprender, basta apenas um trabalho dedicado, paciente e específico voltado a cada uma dessas especificidade.

Sendo assim, ver-se que a identificação do problema de forma precoce ou seja, logo nos primeiros anos de escolaridade, faz com que o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças avance numa perspectiva positiva de interação entre as partes , pois o profissional psicopedagogo, pode criar meios e planejamentos , juntamente com todos envolvidos nesse processo de ensino aprendizagem através de projetos favoráveis a mudanças educacionais que contribuam no desenvolvimento das capacidades e habilidades das crianças

Dentro de todas as possibilidades de pesquisa bibliográficas utilizadas para a construção desse artigo, abriu-se uma imensa visão de como se trabalhar a aprendizagem baseada no olhar psicopedagógico que ajuda a interpretar esse mundo tão individual e cheio de perspectivas das crianças.

A partir do estudo, viu-se que por ser uma ciência ainda muito recente, faz-se necessário mais pesquisas e divulgações voltadas a psicopedagogia, assim como a regulamentação da profissão, pois muitas

peças não conhecem essa área de atuação e o quanto é importante um profissional especializado para ajudar no desenvolvimento de seus filhos nas salas de aulas. Portanto é indispensável vivenciar a rotina do psicopedagogo no ambiente escolar, para refletir sobre a atuação e importância desse profissional, para que possam ser valorizado e reconhecido em sua totalidade.

Nota-se que o profissional psicopedagogo acolhe e investe numa mediação bem conduzida e de qualidade para resgatar, como também despertar o potencial de aprendizagem dos alunos, como por exemplo: reunir inicialmente os envolvidos no processo: pais e escola para que possa colher o máximo de informações possíveis sobre o aluno: suas vivências, experiências, o que gosta de fazer, o que não gosta de fazer, para que através das informações colhidas, possa traçar um caminho, um novo método que respeitando os limites do aluno consiga fazer com que ele aprenda a desenvolver as habilidades ainda não desenvolvidas.

É interessante que os sistemas de ensino possam analisar a necessidade e a possibilidade do profissional Psicopedagogo no ambiente escolar, para que se tenha uma educação cada vez mais humanizada que se preocupe com cada criança, considerado as diferenças,

transformando a educação, numa educação mais inclusiva e justa.

Por se tratar da busca por novos conhecimentos e novas possibilidades de aprendizagem diante do estudo feito, sugerem-se que os sistemas de ensino invistam no recrutamento do psicopedagogo para que ele possa traçar e desenvolve estratégias cabíveis para cada caso, respeitando a diversidades e as limitações de cada um dos alunos, num trabalho que envolva além da pedagogia em si, também conhecimentos psicológicos, ou seja, que este sistema reflita a melhoria da educação incluindo além do psicopedagogo uma equipe de trabalho multidisciplinar.

Conclui-se também que a Psicopedagogia não lida diretamente com o problema, lida com as pessoas envolvidas, ou seja, com as crianças, familiares e professores, levando em conta aspectos sociais, culturais e psicológicos, através de um olhar atento e compreensivo. É esse olhar preocupado, carinhoso e sensível que o Psicopedagogo deve ter para não permitir que o aluno acumule mais um insucesso. Buscando dessa forma, desenvolver no aluno a iniciativa e a coragem para aprimorar suas habilidades, levando-o a tentar novas experiências, e dessa forma vai se concretizando o processo de ensino aprendizagem com metodologias mais abrangentes que proporcionam resultados positivos.

## REFERÊNCIAS

BARONE, Leda. **Considerações a respeito do estabelecimento da ética do psicopedagogo**. In SCOZ, Beatriz e outras (org.). *Psicopedagogia. O caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

RASIL, **Projeto de Lei nº 3512 de 2008**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=398499>, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_, **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015**, *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_, **Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica em cursos de nível superior**. Brasília, 2020.

\_\_\_\_\_, **Base Nacional Comum Curricular/BNCC**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_, **LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein>. Acesso em: 14/01/2022

BOSSA, Nádia. A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

\_\_\_\_\_, **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

EDITH RUBIENSTEIN; **Psicopedagogia, Psicopedagogo e a Construção de sua Identidade** (2017 vol. 34).

FERNANDES, Alícia. **A história de uma referência para a Psicopedagogia**. Portal Educação, 2008. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/alicia-fernandez-a-historiade-uma-referencia-para-a-psicopedagogia/62684>

\_\_\_\_\_, **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e de sua família**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

\_\_\_\_\_, **Os idiomas do aprendente: Análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

\_\_\_\_\_, *Psicologia Clínica*  
<http://www.sandrarebel.com.br/noticiasartigos/item/8-a-relevancia-do-diagnostico-psicopedagogico> Acesso 12/01/2022

INATITUTO ABC. **Transtorno Específico da Aprendizagem**, 2021. Disponível em: <https://institutoabcd.org.br/transtorno-de-aprendizagem/> Acesso em: 07/02/2022.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina. **Fundamentos da Metodologia Científica**, (2003). Disponível em: [https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)

LOPES CK, OLIVEIRA CI. **A importância do estímulo precoce em casos com risco para dislexia: um enfoque psicopedagógico**. *Rev. psicopedag.* [online]. 2012, vol.29, n.89, pp. 226-235.

\_\_\_\_\_ A dislexia na ótica do psicopedagogo. 2007. Disponível em:  
[http://correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/A\\_nais\\_Artigos/Dislexia\\_Otica\\_Psicopedagogo](http://correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/A_nais_Artigos/Dislexia_Otica_Psicopedagogo).

NEGRINE, A. Aprendizagem e desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Propil, 1994, 197 p

**PSICOPEDAGOGIA E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.**

Disponível em  
[http://anovarevista.com.br/colunas/120/629/psicopedagogia-e-base-nacional-comumcurricular\\_bncc.html](http://anovarevista.com.br/colunas/120/629/psicopedagogia-e-base-nacional-comumcurricular_bncc.html) Acesso em 14/01/2022

NOGARO, A. et al. **Pensando a aprendizagem na perspectiva da Psicopedagogia institucional.** In: JORNADAS TRANSANDINAS DE

APRENDIZAJE, 15., 2014. La Plata. *Anais...* La Plata: Transandinas, 2014.

RUBINSTEIN, Edith (1987). **Uma breve revisão bibliográfica**<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151202/001011515.pdf?sequence=1>, Acesso em 09/01/2022

\_\_\_\_\_ Psicopedagogia: **contextualização, formação e atuação profissional.** In: SCOZ, J. B. L.et.al (org). A intervenção psicopedagógica clínica. Porto Alegre: Artes medicas, 1992. P.103.

SALTINE, Cláudio J. P. **Afetividade e inteligência: a emoção na educação.** 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2008. v. 01.

TODOS PELA DUCAÇÃO. **O que são e para que servem a Diretrizes Curriculares.** Disponível em:  
<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-sao-e-para-que-servem-asdiretrizes-curriculares/> Acesso em:07/02/2022.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## **RELEVÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA EMEB BARÃO DE PENEDO**

*Ayres Oliveira Silva<sup>1</sup>*

*Rebeca Souza Costa<sup>2</sup>*

*Maria Lúcia Pereira Silva Lima<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

O objetivo desse artigo foi investigar o processo de envolvimento da família na Escola Municipal de Educação Básica Barão de Penedo, bem como as consequências relativas à presença e a ausência desta instituição no processo de aprendizagem escolar. A problemática que se constituiu neste estudo está relacionada à ausência da família no acompanhamento escolar que foi observada durante o contato com estes alunos no período de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório, onde tornou-se evidente a ausência da família neste processo de construção educacional. A metodologia utilizada para atingir o objetivo proposto neste artigo foi a pesquisa bibliográfica que permite embasar sobre a importância da interação entre a família e a escola. Também foi utilizada a pesquisa de campo, pois através dela foi possível comprovar o que é citado durante o estudo teórico. Foram descobertos motivos pelos quais os familiares não conseguem estar aptos para essa participação na vida educacional do aluno, como: trabalho falta de conhecimento para o auxílio nos estudos, negligência, entre outros casos. Desse modo, é necessário buscar meios pedagógicos para permitir um vínculo entre instituição, família e aluno, para que a educação escolar não seja afetada de forma que prejudique o desenvolvimento das competências e habilidades predestinadas pelo currículo, que são ações a serem alcançadas no final de cada ciclo escolar. É fato que, este artigo não discorreu

---

1 Graduada em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-Alagoas. Atua como secretária escolar e professora nas instituições Espaço Educar e Doce Encanto, Endereço eletrônico: ayressilva@gmail.com.

2 Graduada em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-Alagoas. Endereço eletrônico:becap7@gmail.com

3 Pedagoga. Pós-Graduada em Gestão Educacional com ênfase em Inspeção Escolar pela Faculdade Atlântico. Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal d Alagoas. Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Metropolitana. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo e da rede pública municipal. Endereço eletrônico: luciapereira.naty@hotmail.com

todos os tópicos desta temática, porém, espera-se que esta pesquisa se torne motivação para que haja novas buscas de soluções para a problemática desenvolvida. Ao concluir a pesquisa, foi possível analisar melhor os problemas dispostos e a partir dos conhecimentos adquiridos compreender as possíveis soluções para mudar essa realidade.

**PALAVRAS CHAVES:** Acompanhamento. Educação escolar. Família.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda sobre a relevância da família no processo de acompanhamento escolar do aluno, onde analisa e estuda os tópicos presentes neste tema. O estudo de caso está embasado na teoria de que a família tem um papel fundamental no crescimento da criança pela qual é responsável, tendo uma grande importância no desenvolvimento escolar deste indivíduo juntamente com os profissionais da escola. Entretanto, a realidade vivenciada nos mostra a situação contrária, trazendo indagações sobre o porquê da ausência da família neste processo tão essencial para o aluno. Deste modo, pretende-se responder as seguintes perguntas: Por quais motivos a família não está presente no processo educacional deste aluno? Quais são as consequências que essa ausência pode causar? O que a escola tem feito para reatar o contato com os familiares?

O principal objetivo deste estudo de caso foi investigar o processo de envolvimento da família na Escola campo de pesquisa, bem como as consequências relativas à presença e à ausência dessa instituição na educação escolar dos alunos.

A problemática deste artigo se encontra no campo educacional da cidade de Penedo, Estado de Alagoas. Essa pesquisa foi realizada em uma das escolas que compõem este campo, a Escola

Municipal de Educação Básica Barão de Penedo. Foi desenvolvido um questionário com a participação dos professores do segundo ano, onde foi possível levantar dados reais sobre a temática, complementando a pesquisa proposta.

A realidade social abordada neste artigo, retrata a experiência vivenciada no Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório III- Ensino Fundamental Anos Iniciais, que proporcionou o contato direto com a problemática explanada, causando incômodo para que houvesse uma investigação sobre o porquê de não haver essa proximidade da família com a escola.

A metodologia utilizada para a realização desse artigo foi o estudo de caso na comunidade escolar, aprofundando-se na temática proposta. Os métodos utilizados para a coleta de dados e informações são: a pesquisa bibliográfica, que embasa o texto através das contribuições teóricas; a pesquisa qualitativa que compreende o que está sendo estudado e o contexto em que está inserido; e a pesquisa quantitativa que permite analisar os dados alcançados por meio do questionário apresentado. Pesquisa documental

Como base teórica e documental para esse artigo foram utilizadas as seguintes leis e documentos: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), Constituição

Federal(CF 1998) Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019); Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2015); Artigos, sites e também autores, como Chalita (2004) Tiba (2002) Saleh (2016), Drescher ( 2013 ) entre outros.

Diante desse embasamento e a partir da pesquisa de campo, o estudo proporcionou a análise dos diversos motivos pelos quais existem essa falha de comunicação entre a escola e

família. Entretanto, ainda há solução para manter essa relação. Para tanto, se faz necessário que haja colaboração de ambas as partes, zelando pelo principal envolvido desse elo, o aluno.

Em nome da praticidade, o artigo foi dividido em cinco seções. A primeira está contextualizada pela introdução, a segunda, trata do papel da família no processo de ensinoaprendizagem do aluno, a terceira seção, expõe sobre materiais e métodos utilizados para a construção da pesquisa, na quarta seção são apresentados os resultados de toda a investigação bem como as discussões pertinentes aos achados relativos à temática, a última seção dispõe sobre as considerações de todo estudo com alguns pontos de vista relevantes para aguçar futuras discussões sobre esse tema.

Este estudo que teve como foco principal a relevância da família no processo escolar dos alunos, apesar de ser um estudo de caso com abrangência de

informações resumidas, mostra pontos importantes para que se tenha uma visão acerca de dos vários aspectos que norteiam essa relação, principalmente no que se refere a interferência relativa a presença e ausência da família no ambiente escolar.

## **2. O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO**

A família é fundamental no processo de ensino aprendizagem do aluno, e a sua relação no ambiente familiar, influencia também no ambiente escolar, levando em consideração os valores e conhecimentos que são adquiridos nos dois ambientes. Durante seu crescimento e a inserção social, a criança passa por diversas situações de adaptação social. Deste modo, o laço social mais longo que terá, inicialmente, será a escola. A escola é responsável pela plena formação do aluno, porém no processo educativo existem vertentes que junto à escola, permitem que haja um melhor desenvolvimento educacional do aluno e a família se torna a principal aliada deste processo.

### **2.1 CONCEITO DE FAMÍLIA**

Compreende-se que o conceito de família percorreu um longo período para ser definido, e até hoje continua em processo de modificação por influência social. Na

concepção de Tiba (2002, p. 74) “Família, no sentido mais amplo, é um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas, de construírem algo e de se complementarem. É através dessas relações que as pessoas podem se tornar mais humanas”. Trazendo para o conceito social, Mari Cleise Sandalowski (2007) fala que a família é uma instituição social basilar, podendo sua estrutura ser constituída de diferentes formas nas sociedades humanas, dependendo de questões culturais, sociais e entre outros aspectos, não sendo necessário o vínculo sanguíneo. Outra definição interessante é a seguinte:

A definição de família vai além dessa formação, considerando-a uma instituição que é a base da formação do ser humano, proporcionando valores, afeto e encaminhado a criança a uma instrução intelectual necessária para a sua formação social; desse modo, ela é parte importante do desenvolvimento da criança. (COELHO, 2004)

Portanto, família é o laço mais forte que uma criança pode estar envolvida. Através do relacionamento da família com o aluno, é possível gerar benefícios para a sua formação por meio das fases da educação que são atribuídas à escola. Existem responsabilidades para ambas as partes, criando assim um bom fluxo de desenvolvimento para o rendimento do

aluno.

Sabe-se que a família que é quem deve educar a criança pela qual é responsável em questões sociais, culturais, envolvendo valores e atitudes entre outros aspectos que constroem o caráter de um ser humano. A escola sendo uma instituição em que esta é inserida para a ampliação de suas competências, habilidades e saberes também precisa direcionar seu trabalho com base nestes princípios, porém, quando a criança não traz essas bases dificulta o processo de ensino e aprendizagem.

O site Brasil Escola traz a seguinte citação de Tiba (1996, p.140):

O ambiente escolar dever ser de uma instituição que complete o ambiente familiar do educando, os quais dever ser agradáveis e geradores de afeto. Os pais e a escola devem ter princípio muito próximo para o benefício do filho/aluno.

Quando se pensa na participação da família na vida escolar de seus filhos, muitas questões são levantadas a respeito, como, pais que trabalham e não tem tempo para ajudar nas lições trazidas para casa, falta de entendimento dos conteúdos, o não entendimento do uso da tecnologia, falta de paciência, entre outros. Quando se há alguma divergência na qual a família não esteja presente, é importante que a escola entre em contato e possa encontrar soluções

para essas situações.

De fato, não é uma via de mão única. Quando há falta de um dos lados, o outro necessita manter a comunicação para fortalecer esse elo. A escola não alcança plenamente seu objetivo sem a ajuda família, e nem mesmo a família consegue obter o completo desenvolvimento educacional da criança, sem que tenha a escola como principal aliada.

Cortella enfatiza a ideia de que a educação não depende somente das crianças, depende também da educação dos pais, na qual precisam estar cientes de seu papel na educação dos filhos, e busquem ajuda e apoio para que possam compreender às mudanças que ocorrem na educação. Em uma entrevista para a Revista Crescer, o autor relata que:

Uma parte das famílias acabou perdendo um pouco a referência dada à velocidade das mudanças e à rarefação do tempo de convivência com as crianças. Isso fez com que muitas acabassem terceirizando o contato com os filhos e delegando à escola aquilo que é originalmente de sua responsabilidade. Só que isso perturba a formação das novas gerações. (CORTELLA, S.D)

Identificar o motivo pelo qual a família não seja presente na vida escolar dos filhos é muito importante, pois a sua ausência gera dificuldades na aprendizagem

dos alunos. O que se vive em casa transparece na escola e vice-versa. Por isso, para que o aluno possa conquistar um ensino aprendizagem adequado, a família deve estar a par de tudo o que acontece na escola, e juntamente com toda a equipe escolar, estarem sempre atentos quanto a seu desenvolvimento educacional, conforme prescreve a LDB, Lei nº 9.394/96:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Apesar de haver diversos motivos para que essa relação não seja colocada em prática, cabe à escola e à família buscarem meios para que consigam solucionar os problemas e

auxiliar o aluno, que é o principal objetivo traçado. Sabe-se que, para o bom êxito no processo de educação é preciso que os dois extremos estejam em união com a mesma finalidade. Porém, é visível que a relação das instituições família e escola no processo educativo do aluno, torna-se um desafio em nossa realidade escolar.

Os primeiros contatos da criança acontecem no seio familiar, é nesse

ambiente que ela aprende seus valores, seus comportamentos, sua primeira concepção de sociedade, formação de opiniões. A família é base inicial de todo indivíduo, onde ele herda as origens do ambiente em que vive. Esses comportamentos são repassados pelos ambientes em que ele se insere principalmente no ambiente escolar.

Bitencourt e Macedo, (2019) no artigo publicado “Educação: a ausência da família na história da aprendizagem escolar”, ressaltam que o ambiente familiar pode trazer problemas para a aprendizagem, onde os alunos apresentam dificuldades em seu desenvolvimento e a indisciplina. E isso pode ser consequência da sua realidade familiar. A escola não é responsável por essas questões, por isso é importante que haja um trabalho em conjunto para solucionar os problemas que estão causando essa deficiência na aprendizagem.

Corroborando com esse pensamento, Chalita considera que:

Por melhor que seja uma escola, por mais bem preparados que estejam seus professores, nunca a escola vai suprir a carência deixada por uma família ausente. Pai, mãe, avó ou avô, tios, quem quer que tenha a responsabilidade pela educação da criança deve participar efetivamente sob pena de a escola não conseguir atingir seu objetivo. (2014, p. 17-18)

Dentro desse contexto, a Base Nacional Comum Curricular, documento que norteia as instituições e redes de ensino da Educação Básica brasileira, discorre sobre as experiências do elo família, escola e aluno e o canal de comunicação entre eles, enfatizando sobre a importância da integração familiar no processo de acompanhamento escolar do aluno:

As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. (BRASIL/BNCC, 2017 p.58)

A família sempre vai fazer parte da formação da criança, onde suas ações serão responsáveis pela formação do indivíduo. A família sempre está incluída em todos os aspectos, por isso a educação dos alunos necessita da presença da família.

## **2.2 INTERFERÊNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Em todos os tempos, mas, sobretudo na atualidade, muitas famílias não acompanham o processo de escolarização dos filhos. Os motivos são variados, entre estes, o desconhecimento da sua influência na no processo de aprendizagem dos filhos,

a falta de tempo por conta da busca pela sobrevivência e a própria negligência familiar transferindo para a escola todo o dever de educar.

A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e a apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino aprendizagem. Já na família os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (DESSEN e POLONIA 2007, P. 22)

A ausência da família na educação dos alunos deve-se ser analisada pela escola na busca do porquê que isso acontece. Encontrar os reais motivos para essa ausência é importante para que saibam como solucioná-las da melhor forma e isso ocorrerá na melhoria do ensino aprendizagem. É necessário a realização de ações pra mostrar a importância dessa instituição na vida escolar dos filhos.

Saber como abordar a família é um fator importante, pois existem muitos

motivos que a família apresenta quando não há essa interação. Não se deve julgar o aluno que não está aprendendo ou a família por não estar presente. Sempre deve existir um diálogo, onde ambos estejam dispostos a superar as dificuldades.

Durante a fase inicial de formação educacional, o aluno necessita do auxílio tanto da família quanto da escola para que obtenha um bom desempenho escolar. Porém, a realidade do elo que existe entre comunidade interna e externa mostra que esta relação está em falta na vida de muitos alunos.

Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança; no entanto, ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (Parolin, 2003, p. 99).

Na maioria das vezes, a justificativa dos responsáveis para não interagir com a escola encontra-se na ocupação do seu trabalho, porém, sabe-se que também há a falta de interesse, esquecendo do quão importante é contribuir para a vida educacional de seus filhos. No entanto, cabe analisar também a questão da escola, não dar oportunidades para que a família se

aproxime e tenha uma boa relação, as conseqüências disso são as dificuldades no processo de aprendizagem dos discentes.

Como citado no site Brasil Escola, na matéria “A importância da parceria família e escola” (S.D), a família e a escola quando juntas, se tornam uma equipe, que busca caminhar com a mesma finalidade, porém, cada um deve cumprir sua parte. Sendo assim, a família deve buscar o diálogo com o aluno, influenciá-lo na socialização com os outros colegas de classe, se manter presente e manter contato com a escola.

Para Freire, (2003, p. 47) “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Deste modo, é papel da escola e do educador, propor situações-problema para que o aluno entre em questionamento, e consiga construir sua aprendizagem por meio da instigação do docente. No entanto, muitas vezes a escola não consegue conduzir esse processo sozinha, precisa estar intrinsecamente ligada a família, para favorecer a aprendizagem do aluno, usando também, a sua própria realidade para a compreensão dos conteúdos.

Todo processo educativo necessita ser embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que são nortes para a educação brasileira, sendo de suma importância para o bom funcionamento da

escola, como um todo, estas Diretrizes também trazem prescrições que determinam sobre o engajamento com as famílias no ambiente escolar. Nesse contexto, destaca-se, a DCN de 2019, do curso de pedagogia quando prescreve:

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;

II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;

III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e

IV - **engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.** (BRASIL, 2019, grifo nosso).

Ao observar a DCN, é notável a transparência de suas competências, quais os caminhos são necessários seguir para se ter êxito. Esse “engajar-se profissionalmente” remete a compreensão acerca do papel do professor e da escola, no sentido de promover a relação escola e família, cada um sabendo o seu devido papel e buscando caminhar em conjunto, isso torna a aprendizagem eficiente.

Faz-se necessário acrescentar ainda que a família e a escola precisa sempre estar em sintonia, caminhando juntos em busca de uma aprendizagem de qualidade para os alunos/filhos. Unidas podem garantir boa aprendizagem, visando não somente aquele momento dentro da escola, mas também o futuro que o aluno terá, a profissão que quer seguir, o mercado de trabalho que quer adentrar, o papel que irá exercer na sociedade, entre outros. O sucesso diante desses fatores depende da forma como será preparado pela família e escola, por isso, a importância do acompanhamento diário desde as atividades escolares, até as mais profundas, como estar ciente dos projetos da escola, de como a escola resolve tais problemas.

Ressalta-se que a família e a escola devem incentivar cada vez mais o aprendizado, e estarem presentes na evolução do aluno e fazendo-o cada vez mais despertar a curiosidade de aprender algo novo, algo que irá contribuir positivamente para a sua vida dentro do ambiente escolar e também fora dele.

Sintetizando essa seção, enfatiza-se que escola e família são instituições que se responsabilizam pelo processo educativo do ser humano. A família tem como principal função orientar os sujeitos no desenvolvimento e aquisição de comportamentos aceitos socialmente. A escola, por sua vez, tem como função a

socialização do saber sistematizado ao longo da história. Mesmo sabendo que escola e família são instituições diferentes e que apresentam objetivos distintos, devem compartilhar a importante tarefa de preparar crianças e adolescentes para que sejam inseridos na sociedade, participando de forma crítica e ativa.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento dessa pesquisa e obtenção de dados, foram utilizados os seguintes métodos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo – estudo de caso. “A pesquisa bibliográfica é uma das mais comuns entre os estudantes, sendo obrigatória em todos os trabalhos científicos. Com ela, é feita uma coleta de dados a partir de artigos, livros e revistas científicas para utilizar como citações (LIMA e MIOTO, 2007). Os autores acrescentam ainda que “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Já a pesquisa de campo de acordo com Gonsalves, “exige que o pesquisador tenha um encontro muito mais direto com a população pesquisada. Somente assim, reúne informações concretas para serem documentadas. Acontece quando o aluno vai até o ambiente natural do seu objeto de

estudo. Ele tem controle do que precisa observar, identificar e sobre quais informações precisa coletar.

Sendo assim, foram compreendidos os dados perante às respostas obtidas, através da análise das seguintes informações. A pluralidade de métodos durante a pesquisa, faz com que haja um enriquecimento de fontes e uma busca ampliada pela problemática, sendo possível obter resultados de forma objetiva e clara.

Devido à Pandemia do Covid-19, vírus que provocou no distanciamento populacional para a diminuição da contaminação, foi elaborado um questionário composto por cinco questões, sendo quatro dissertativas e uma objetiva, sobre a visão dos professores em relação ao envolvimento da família no processo da educação escolar. O questionário foi respondido via Google Forms- uma plataforma que permite a realização de formulários de forma remota.

O público-alvo que colaborou foram os professores que atuam nas turmas do 2º ano do Ensino Fundamental-Anos Iniciais (alunos de 7/8 anos) da rede pública municipal de ensino, Escola Municipal de Educação Básica Barão de Penedo, que se disponibilizaram para responder o questionário de acordo com sua realidade vivenciada.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos resultados obtidos através das respostas dos colaboradores, foi elaborado um quadro que consiste em sistematizar todo o diagnóstico para que se compreenda a visão dos professores em relação à temática e, se forme o ponto de vistas das pesquisadoras no tocante ao estudo.

**Quadro 1 – Questão 1**

Questão 1.A família é participativa durante o processo de ensino-aprendizagem do aluno?	
Professores:	Respostas:
P1	Às vezes.
P2	Muitas vezes a família não é participativa durante o processo de ensino aprendizagem. Mas deveria ser, até porque acelera esse processo.

**Fonte:** As autoras da pesquisa

**Gráfico 1- Questão 2**



**Fonte:** As autoras da pesquisa

**Quadro 2 – Questões de 3 a 5**

Questão 3. Quais as ações que devem ser realizadas para que haja uma maior integração entre família e escola?	
Professores:	Respostas:
P1	Encontro de pais e mestres na escola. Projetos para incentivo a participação da família na escola.
P2	Ações que envolvem a participação da família na escola, como: reuniões, palestras, bingos, grupos de apoio às famílias carentes...
Questão 4. Como deve ser estabelecida essa relação entre família, escola e professor?	
Professores:	Respostas:
P1	Havendo momentos para encontros na escola e todos cumprirem o seu papel no dia a dia.
P2	Evolvendo os pais: tipo: reunião de pais, Bingos, palestras...
Questão 5. Por que a participação da família no processo escolar do aluno é de suma importância?	
Professores:	Respostas:
P1	Se a família é ativa na vida escolar do aluno e consegue ter um futuro melhor. Quando não há a participação vemos o descaso na aprendizagem significativa do aluno.
P2	É importante porque acelera o processo de ensino, claro se as pessoas se voltam para determinado objetivo juntas o resultado é bem melhor.

**Fonte:** As autoras da pesquisa

Inicialmente, questionando os professores sobre a participação dos familiares no processo de ensino-aprendizagem do aluno, é confirmada a teoria de que esta instituição muitas vezes

não está presente no cotidiano escolar da criança dificultando sua aprendizagem. O acompanhamento da família nesse contexto escolar permite que o aluno se sinta confiante, protegido, estimulado, e isso permite um avanço em seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e social.

O envolvimento dos pais na educação das crianças tem uma justificativa pedagógica e moral, bem como legal [...] Quando os pais iniciam uma parceria com a escola, o trabalho com as crianças pode ir além da sala de aula, e as aprendizagens na escola e em casa possam ser complementares mutuamente (SPODEK; SARACHO, 1998, p. 167).

A confirmação em relação à participação da família se deu por meio do relatado dos professores ao informar que participa às vezes, e em alguns momentos não participa. Diante disso, é importante sempre ressaltar à família, que a sua presença em todas as atividades seja contínua, para que o aluno possa evoluir de forma adequada a cada etapa de sua vida escolar, com isso, ele terá bons resultados e desenvolvimento.

Na questão nº 2, foi interrogado se a ausência da família é prejudicial no processo de ensino-aprendizagem do aluno, e obteve-se a afirmação desta teoria pelos dois professores. Compreende-se que a família não cumprindo seu papel social na comunidade escolar, gera consequências no

desenvolvimento educacional do aluno. A partir do momento que isso acontece, abre-se brechas para o desânimo, o baixo rendimento escolar, desistência, o que causa um ciclo de desvalorização à Educação, interferindo em sua aprendizagem.

A ausência dos pais cria insegurança [...]. Hoje, mesmo quando os pais estão presentes, são basicamente ausentes por causa do tempo que dão a coisas como internet, redes sociais, mensagens de texto e outras formas de interação com o mundo para além dos muros de casa (DRESCHER, 2013, p. 40).

Diante da análise, é evidente que existem vários motivos para a família não estar presente nesse processo, entretanto, a escola pode buscar estratégias interessantes para os responsáveis, fazendo ressurgir essa parceria tão significativa através de ações, projetos, que evidenciem a importância deles para o aluno. Faz-se necessário enfatizar que a escola, na maioria das vezes, convoca a família para assumir suas responsabilidades de uma maneira impositiva, isso não funciona muito bem; o ideal seria conquistá-la por meio de ações dinâmicas e que permitam a compreensão do seu verdadeiro dever em relação ao acompanhamento educacional.

Portanto, a escola pode ser agente de mudança na relação entre família-instituiçãoaluno, criando estratégias para

que a família se torne presente e cumpra seu papel no processo de aprendizagem do aluno. Tratando sobre Literacia familiar, o Caderno do Plano Nacional de Alfabetização, prescreve que:

Implementar programas e ações de literacia familiar como medidas preventivas do insucesso escolar tem sido uma estratégia empregada em diversos países. Esses programas e ações, em geral, objetivam encorajar pais ou cuidadores a desempenharem um papel mais ativo no desenvolvimento da literacia das crianças em idade pré-escolar (BRASIL/PNA, 2019, p. 23). Na questão nº 3, ao serem questionados sobre quais interações devem ser realizadas para que haja maior integração entre família e escola, foi abordado que, realizar encontros entre mestres e pais são importantes para maior conexão entre ambos e que projetos e ações na escola sejam realizados no intuito de atrair a família para escola, não somente em reuniões, mas sim em ocasiões de mais entretenimento, não deixando de lado o motivo daquele momento. É necessário que a escola promova atividades que chamem a atenção da família e resgate ou fortaleça sua parceria com a escola, pois a educação não é só de responsabilidade da instituição escolar, também da família. De acordo com o Instituto Unibanco (2016):

Para que isso ocorra, é necessário criar nas escolas uma cultura de diálogo com os pais ou responsáveis. O diretor tem papel central nessa tarefa, mas ela não cabe apenas a ele. Tanto funcionários quanto os professores, dos mais novatos aos mais experientes, precisam estar abertos a ouvir as famílias. Estas, por sua vez, necessitam também entender o esforço que a equipe da escola realiza para o desenvolvimento de seus filhos.

Quando interrogados na questão nº 4, como deve ser elaborada essa relação entre família, escola, professor, foi relatado que a escola deve propor momentos de interação, como palestras, reuniões. De fato, é importante que a escola também procure a família, que realize ações para tornar essa instituição mais frequente na escola, estando sempre atentos e cientes de como anda o processo de ensino aprendizagem do aluno, na qual, juntos podem buscar possíveis problemas encontrando uma solução em que o aluno possa sempre estar sendo acompanhado. De acordo com Nicolle Abreu (2021):

No entanto, o atarefado dia a dia de pais e responsáveis pode ser um desafio para a aproximação das famílias e da escola. Por isso, é fundamental que a instituição busque ações que consigam superar esse impasse e trazer as famílias para mais perto do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Na questão nº 5, questionados sobre o porquê da importância da família no processo de ensino do aluno, observa-se que foi relatado que a ausência da família, prejudica o processo de ensino aprendizagem do aluno, que traz resultados negativos para o processo do aluno em sua aprendizagem, por isso é importante que todos caminhem juntos, numa mesma direção e com o mesmo objetivo, que é um ensino de qualidade e que o aluno aprenda e absorva tudo aquilo que ele aprendeu.

É importante observar e enfatizar que a participação da família pode dar um norte e suporte a escola- professor. Cada um fazendo o seu papel diante da aprendizagem do aluno, ele será o protagonista da história através da sua aprendizagem, e conseguirá compreender tudo que está ao seu redor. Faz-se necessário enfatizar que quando há algum problema em questão; família-escola- professor, conseguem averiguar com mais coerência e assim sabendo quais medidas devem tomar, para que o aluno não passe por aquilo e que todos saiam satisfeitos e com dever cumprido.

## CONCLUSÃO

Durante a realização desse artigo, a partir do estudo teórico e da pesquisa de campo realizada, percebe-se que se torna pertinente a discussão acerca dessa temática. Teve-se a diligência de explanar sobre a relevância da participação da

família na educação escolar do aluno, pois a família é o primeiro grupo social-afetivo em que uma criança é inserida. É onde ela começa a dar os primeiros passos como ser humano, ter suas primeiras experiências e desenvolver aspectos de sua formação como: andar, falar, se comunicar e iniciar a compreensão dos conceitos da cultura de sua comunidade.

O objetivo principal foi investigar o processo de envolvimento da família na Escola campo de pesquisa, bem como as consequências relativas à presença e ausência na educação escolar dos alunos. As leituras e a pesquisa trouxeram o alcance do objetivo a medida que permitiu o entendimento de que a instituição, também deve sempre estar ciente do que acontece com os alunos, os motivos pelos quais eles estão ou não aprendendo e, a partir dessas observações comunicar a família para que possam encontrar maneiras de como obter resultados ainda mais positivos e soluções para os devidos problemas de aprendizagem.

A escola, porém, é o primeiro vínculo externo, que tem como responsabilidade a formação educacional do aluno, permitindo que esses, tenham experiências com questões sociais, cognitivas e afetivas. Assim, neste processo de formação, os alunos necessitam não somente de bons profissionais para o ensino, mas também, da presença da família

para o auxílio desta jornada.

De acordo com a pesquisa que foi elaborada via google forms, pode-se afirmar que a família é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, na qual os professores relataram sobre os pontos negativos que isso pode causar quando não há união entre a família e acompanhamento escolar. Sem essa união, o aluno não irá aprender de forma qualificada, fazendo com que tenha sempre dificuldades durante o processo escolar.

No presente artigo, buscou-se identificar, se de fato, a ausência dos responsáveis na vida escolar do aluno, interfere diretamente em seu desenvolvimento na aprendizagem, já que existem teorias de que há um vazio que deveria ser preenchido por isso, podendo causar danos em diversas circunstâncias e aspectos como, no afetivo, pois, o aluno pode se sentir esquecido, desprotegido. Isso foi identificado com muita clareza e ainda, foi percebido que a inseguranças no processo educacional proveniente da falta de interação entre família e escola possibilita o surgimento de possíveis problemas como déficits de atenção, atrapalhando na compreensão de conteúdo; e no social, por falta do afeto, o aluno pode se tornar agressivo ou ser introvertido.

Este estudo remete a compreensão de que existem vários motivos que podem influenciar este problema no contexto

escolar, resultando em falhas na comunicação entre os elos. Nesse contexto foi abordado sobre estes motivos através da investigação realizada pela pesquisa de campo, na qual foi possível observar que essa ausência da família percebida pelo professor que está em sala de aula com o aluno, afeta o progresso da aprendizagem.

O artigo foi de grande valia para a compreensão sobre o tema proposto, obtendo informações ricas, que foram representadas por teorias e práticas. A pesquisa apresentou resultados satisfatórios que são relevantes para ampliar o conhecimento sobre a importância do acompanhamento da família na educação dos alunos. Espera-se também, que este artigo seja um incentivo para que a comunidade escolar busque valorizar essa união e encontre meios para torná-la harmoniosa, responsável e ativa.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Nicole. **Família e escola: saiba como aproximar os pais e a instituição.**

Home GGE – PAR - materiais educativos, 2021. Disponível em:

<https://www.somospar.com.br/6dicas-para-dar-feedback-constutivo-para-pais-e-professores/> Acesso em: 07/02/201.

BITENCOURT, Elaine Aparecida de Melo de e MACEDO, Márcio. **A ausência da**

**família na história da aprendizagem**

**escolar.** Universidade Paranaense, Paraná, 2019.

BRASIL, **Base Nacional Comum**

**Curricular (BNCC). Educação é a Base.**

Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

\_\_\_\_\_ Ministério da

Educação - Lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996.Cp2. Disponível em:

[http://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei\\_diretrizes\\_bases.htm](http://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei_diretrizes_bases.htm). Acesso em: 17 dez. 2021.

\_\_\_\_\_ Ministério da

Educação. Secretaria de Alfabetização.

**PNA Política Nacional de**

**Alfabetização/Secretaria de**

**Alfabetização.** – Brasília: MEC, SEALF,

2019. Disponível em:

<file:///C:/Users/prrom/Downloads/CADERNO%20PNA.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

\_\_\_\_\_ **Diretrizes**

**Curriculares Nacionais para a formação**

**inicial em nível superior (cursos de**

**licenciatura, cursos de formação**

**pedagógica para graduados e cursos de**

**segunda licenciatura) e para a formação**

**continuada.** Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_ **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Brasília, 2019.

CHALITA, Gabriel. **Famílias que educam / Semeadores da esperança / A escola dos nossos sonhos / Aprendendo com aprendizes.** Ilustrador: Rodrigo Abrahim. Cortez Editora – 2014.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** *Paideia*, p. 21-32, 2007.

DRESCHER, J. M. **Sete necessidades básicas da criança:** conhecendo os anseios da alma de meninos e meninas. Trad. Neyd Siqueira. 3. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2013.

FOCO, Em Aprendizagem. **O que fazer para aproximar família e escola?** Instituto Unibanco. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/9/>. Acesso em: 29 jan. 2022.

GOIÁS, Universidade Estadual de. **O que é pesquisa bibliográfica?** 2018.

Disponível em: [http://www.ueg.br/noticia/36347\\_o\\_que\\_e\\_pesquisa\\_bibliografica](http://www.ueg.br/noticia/36347_o_que_e_pesquisa_bibliografica). Acesso em: 5 jan. 2022.

INTELIGÊNCIA, Escola da. **Entenda a importância de manter a relação entre família e escola.** Ribeirão Preto-SP, 2016.

Disponível em: <https://escoladainteligencia.com.br/blog/relacao-entre-familia-e-escola/>. Acesso em: 5 Jan. 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de e MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Universidade Federal de Santa Catarina. SC, 2007.

PAR, Somos. **Família e Escola Como Aproximar Pais da Instituição.** Somos Par. Disponível em: <https://www.somospar.com.br/familia-e-escola-como-aproximar-pais-dainstituicao/>. Acesso em 29 jan. 2022.

AROLIN, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares.** **Fortaleza:** Educar Soluções, 2003.

SALEH, Naíma. **Cortella: não é só a educação dos filhos que é necessária, mas dos pais também.** Revista Crescer, 2016.

Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Escola/noticia/2016/11/cortella-naoe-so-educacao-dos-filhos-que-e-necessaria-mas-dos-pais-tambem>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANDALOWSKI, M. C. (2009). **As famílias no contexto social brasileiro.** Revista Sociais E Humanas, 20(2), 61–67. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/784> . Acesso em: 11 jan. 2022.

SILVA, Gabriele. **A importância da parceria entre família e escola.** Educa

Mais Brasil. 2020. Disponível em: [https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/a-importanciada-parceria-entre-familia-e-escola?gclid=cjwkcaiaxjspbhaoeiwaeo\\_fpw3xte6zghf6hmkdzpir4y7eojvxqzoi41qt4o0fdi9h6liwuxhw\\_txoc0rmqavd\\_bwe](https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/a-importanciada-parceria-entre-familia-e-escola?gclid=cjwkcaiaxjspbhaoeiwaeo_fpw3xte6zghf6hmkdzpir4y7eojvxqzoi41qt4o0fdi9h6liwuxhw_txoc0rmqavd_bwe). Acesso em: 16 jan. 2022.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olívia N. **Ensinando crianças de 3 a 8 anos.** Porto Alegre: ArtMed, 1998. Acesso em: 25 jan. 2022.

TIBA, Içami. **Disciplina, Limite na medida certa.** 41ª ed. São Paulo: Gente, 1996.

TIBA, Içami. **Quem ama, educa.** 2ª ed. São Paulo: Gente, 2002.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## **AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DO PROFESSOR**

*Ederlâini Silva dos Santos<sup>1</sup>*

*Rafaelle Higino de Lemos<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo analisar a utilização dos instrumentos avaliativos pelos professores para compreender sua interferência no processo de desenvolvimento educacional dos educandos. O intuito da avaliação, ao longo dos anos, era inferir o aproveitamento do aluno, pautando-se em uma pedagogia tradicional, desvinculada da realidade. Em relação aos professores, o objetivo estava centrado no controle de todo o processo curricular e em obter os resultados esperados. No entanto, as práticas avaliativas devem estar voltadas ao processo de desenvolvimento do aluno, considerando suas habilidades e considerando as dificuldades como parte do processo de ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva, buscou-se refletir a prática avaliativa docente como um processo constante de questionamento e as concepções atribuídas à avaliação. Realizou-se uma investigação de natureza qualitativa, caracterizada como pesquisa bibliográfica, que nos possibilita trazer percepções da realidade estudada. Por esse caminho, foram selecionadas contribuições de autores como Jussara Hoffman, Carlos Cipriano Luckesi, Ana Lúcia Gomes Cavalcanti Neto, Josefa de Lima Fernandes Aquino e documentos norteadores, tais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Parecer do CFE nº 102 de 09 de junho de 1962, entre outros. A partir disso, conseguimos perceber a necessidade de compreender e discutir sobre a avaliação de aprendizagem no contexto escolar, considerando que tende a subsidiar a construção desse processo e o seu impacto no desenvolvimento dos alunos por meios dos instrumentos utilizados. Conclui-se, portanto, que o seu conceito

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-AL. Atua como funcionária da Rede Privada na empresa colégio Sagrada Família. E-mail: ederlainii@gmail.com.br

<sup>2</sup> Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas. Docente na Faculdade Raimundo Marinho de Penedo- AL. E-mail: rafaellehigpsicologa@gmail.com

apresenta interpretações que divergem da sua real função na prática escolar, atribuindo a ela um valor hierárquico e punitivo, voltado para uma classificação, isentando-se de um debate acerca do processo de avaliação no ensino-aprendizagem para que, assim, possa contribuir de fato para melhoria deste.

**PALAVRAS CHAVES:** Avaliação. Educação brasileira. Práticas avaliativas. Ensino-aprendizagem.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a avaliação no processo de ensino-aprendizagem, compreendendo-a a partir da prática docente. Nesse sentido, tem como intuito discutir sobre os instrumentos avaliativos voltados ao desenvolvimento dos alunos e as suas habilidades, reformulando novos caminhos e reorganizando práticas em que seja possibilitado ao aluno a própria construção do conhecimento (LUCKESI, 2011).

A avaliação tem sido utilizada, ao longo dos anos, de forma autoritária, uma vez que há um distanciamento entre aluno e professor, no qual este assume a posição de detentor de saber e limita a sua função a avaliar os alunos a partir da nota, desconsiderando todo o processo de ensino-aprendizagem. Assim, mantém uma relação de poder, dispensando a troca de saberes (LUCKESI, 2011). No entanto, compreende-se que a avaliação necessita ser considerada como um processo contínuo e processual, de forma que o aluno seja avaliado durante todo o ano letivo para que as suas potencialidades sejam consideradas e, com isso, seja possível identificar os avanços e dificuldades no cotidiano do contexto escolar. Esta prática também possibilita a análise do trabalho docente, refletindo sobre suas ações e o desenvolvimento das suas práticas. Nesse

sentido, este processo orienta tanto o docente quanto o discente a um objetivo de crescimento e aprendizagem mútuos.

O interesse em desenvolver este estudo acerca da avaliação na prática docente surgiu durante o período de estágio, no qual tive contato com a prática do professor que era pautada em intimidação, autoritarismo, punição, ameaças, entre outros. A partir dessa experiência, pude perceber a utilização de instrumentos inadequados para a aprendizagem dos alunos, medindo-a, exclusivamente, por meio de provas e seminários, classificando-os. Diante desse cenário, buscase, com este trabalho, analisar a utilização dos instrumentos avaliativos pelos professores para compreender sua interferência no processo de ensino-aprendizagem dos educandos. Acredita-se que essa via nos permite romper com conceitos e práticas que fazem da avaliação um processo classificatório e excludente, nos aproximando de novas compreensões que estejam fundadas no agir das práticas avaliativas do contexto escolar.

Para isso, realizou-se uma investigação de natureza qualitativa, caracterizada como pesquisa bibliográfica, que nos possibilita alcançar percepções da realidade estudada. Dessa forma, foram selecionadas contribuições de autores como Jussara Hoffman, Carlos Cipriano Luckesi, Ana Lúcia Gomes Cavalcanti Neto, Josefa

de Lima Fernandes Aquino e documentos norteadores como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Parecer do CFE nº 102 de 09 de junho de 1962, entre outros.

Através dessas consultas e da leitura das obras desses autores que se dispuseram a pesquisar acerca das contribuições dos conceitos avaliativos, é possível observar que muitos profissionais do contexto escolar ainda não compreendem o real sentido da avaliação, atribuindo, dessa maneira, um valor classificatório e punitivo às suas práticas. Assim, percebe-se que as distintas perspectivas e definições podem interferir na prática docente em sala de aula e que as escolhas desse profissional é que tornam esse processo significativo para o ensino-aprendizagem.

## **2. AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

Conforme a trajetória da educação brasileira e com a compreensão que a avaliação foi ganhando neste contexto, esta pode ser considerada como um termo recente. Isso porque era conceituada como uma verificação do aproveitamento e/ou rendimento escolar, na qual o aluno não era considerado como um indivíduo ativo e participativo neste processo de

aprendizagem.

Dessa maneira, percebe-se que o intuito da avaliação era de inferir o aproveitamento do aluno, pautando-se em uma pedagogia tradicional, desvinculada da realidade. Em relação aos professores, o objetivo estava no controle de todo o processo curricular e em obter os resultados esperados, pois se o aluno tirava notas boas, não havia com o que se preocupar. Considerando esses aspectos, podemos considerar que:

os professores elaboram suas provas para “provar” os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem; por vezes, ou até em muitos casos, elaboram provas para “reprovar” seus alunos. Esse fato possibilita distorções, as mais variadas, tais como: ameaças, elaboração de itens de prova descolados dos conteúdos ensinados em sala de aula; construção de questões sobre assuntos trabalhados com os alunos, porém com nível de complexidade maior do que aquele que foi trabalhado; uso de linguagem incompreensível para os alunos etc. (LUCKESI, 2011, p. 21).

Com a criação das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), na Lei nº 4. 024 em 1961 (BRASIL, 1961), ficou direcionado ao professor a responsabilidade em formular questões e julgá-las. Mas a partir do parecer nº 102 emitido pelo Conselho Federal de

Educação (CFE), há uma interpretação acerca do artigo 39 da LDB que sugere que, na avaliação do aproveitamento do aluno, devem prevalecer os resultados, durante todo o ano letivo, nas atividades escolares (TEIXEIRA, 1962).

Segundo o dicionário de língua portuguesa Aurélio (on-line), em um de seus significados, o termo avaliar, também “de origem do latim, a-valere, significa prova, exame ou verificação que determina ou verifica a competência, os conhecimentos ou saberes de alguém: avaliação escolar” (FERREIRA, 1999, n.p.). A partir dessa definição, considera-se que compreender a avaliação é aprender os conceitos teóricos que a envolvem e, a partir disso, aplicar em sala de aula, pois dizem respeito a um processo contínuo e inacabado. Diante disso, é necessário assumir uma postura de reflexão constante em relação à prática do professor no processo de avaliação e se colocar em um lugar de constantes questionamentos. Isso porque questionar-se e refletir são aspectos que devem compor e fazer parte da postura do profissional da educação, de maneira que ele possa indagar sobre a realidade dele e do aluno no caminho de construção do conhecimento (BRASIL, 1988).

Isso acontece porque o ato de avaliar vai além do simples ato de aprender. Associa-se também ao ato de ensinar, pois o professor deve considerar, nesse processo,

as suas próprias práticas e competências enquanto ensina e aprende, para que o aluno possa compreender que a sua aprendizagem, para ser construída, precisa fazer parte de um processo contínuo de conhecimento e que não se limite a como o ensino é transmitido em sala de aula (LUCKESI, 2013). Por esse ângulo, Luckesi (2013) afirma que a avaliação de aprendizagem deve estar relacionada à relação estabelecida entre professor-aluno e pautada por confiança, diálogo e respeito para que, mesmo que surjam dificuldades na construção da aprendizagem, essa relação não seja comprometida.

A partir disso, a avaliação permite analisar a prática do professor, pois dessa forma ele tem a possibilidade de observar como vem construindo as suas práticas avaliativas e como são a compreensão e o desenvolvimento dos alunos neste processo. Para isso, é necessário que esse profissional tenha criatividade, persistência, adaptações e flexibilidade alinhadas à sua prática avaliativa durante o percurso. O ensino vai muito além de transferir conteúdos, pois ensino e aprendizagem são indissociáveis, e convida professor-aluno a se colocarem no lugar do outro (NETO; AQUINO, 2009).

Dessa maneira, esse processo avaliativo vem para orientar não apenas o professor, mas também o aluno, quanto ao seu trabalho para o crescimento e conhecimento, direcionando-se a

aprendizagem destes. Nesse caminho, o aluno é responsável por se conscientizar do seu estágio de desempenho, refletindo sobre seu processo avaliativo (NETO; AQUINO, 2009). Para haver uma relação efetiva no processo de ensino-aprendizagem, é necessário existir uma relação de diálogo e feedback que integre a relação professor-aluno e proporcione um desenvolvimento mais propício a acontecer para que exista a troca de conhecimento entre as partes envolvidas (NETO; AQUINO, 2009).

A avaliação, nessa perspectiva, precisa cumprir o seu verdadeiro objetivo, que é o de ser transformada em ação, dispensando um caráter classificatório e, dessa forma, permitir aos alunos a expressão das suas ideias e criatividade. Isso porque essa visão de que avaliar se resume a notas, exames e resultados positivos e negativos interfere na qualidade de ensino-aprendizagem, impedindo que haja, dessa forma, uma intervenção que provoque mudanças e melhorias no processo (HOFFMANN, 2012). Vale frisar que o ato de avaliar é um processo em que se investigam possíveis diagnósticos para que se possa solucionar as dificuldades que venham a surgir. Ademais, esse processo requer compreender os motivos pelos quais os alunos não aprenderam, considerando as possíveis variáveis que podem ter interferido, não culpabilizando única e exclusivamente o aluno pelo “fracasso”

(HOFFMANN, 2012).

Assim sendo, a escola necessita expandir sua compreensão acerca da avaliação, não a compreendendo apenas como exame. Para isso, é necessária uma mudança nos conceitos, percepções e maneiras de agir que já não contribuem mais com as práticas profissionais. Por isso, Hoffmann (2012) afirma a importância de romper com conceitos e práticas que, ao longo dos anos, resumem a avaliação a processos sistematizados. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abordam que a avaliação de aprendizagem faz parte do ensino-aprendizagem e que não se limita à compreensão individualizante que culpabiliza o aluno pelo fracasso escolar. Assim, deve oferecer meios para uma intervenção e reflexão pedagógica sobre a prática do professor e as possibilidades do aluno (BRASIL, 1997).

## 2.1 Concepções sobre Avaliação

Para uma boa prática avaliativa da aprendizagem, é imprescindível que se conheçam as categorias de avaliação disponíveis, bem como alguns dos seus conceitos. A prática da avaliação se refere a uma prática que está presente em nosso cotidiano, pois somos levados a realizar escolhas e tomar decisões que implicam em alguma forma de avaliação. De forma geral, o ato de avaliar pode ser compreendido

como o ato de julgar e/ou atribuir valor. No contexto escolar, há uma preocupação, por parte do professor, em promover uma avaliação que seja satisfatória e demonstre o nível de aprendizagem do aluno.

De acordo com Hoffmann (2008, p. 17), podemos compreender avaliação como

[...] uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo.

Em vista disso, avaliar não está sujeito apenas ao momento em que o aluno está sendo observado, mas abrange todo um processo que vai desde a elaboração do plano de aula até as experiências vividas no dia a dia no contexto escolar. Esta relação com o todo é que efetua a avaliação em um processo vivo e o que impulsiona o fazer pedagógico, levando o aluno a um nível elevado de conhecimentos.

Buscar melhorias quanto à avaliação no contexto escolar requer uma reflexão crítica sobre seu significado e suas funções. Há, portanto, a perspectiva de uma avaliação mediadora e

formativa – esta última traz na sua essência o envolvimento do professor com

aluno e a sua responsabilidade com o progresso em termos de aprendizagem. Assim, considera-se necessário romper com o paradigma de que o fracasso escolar é responsabilidade exclusiva do aluno.

Uma das fundamentações que norteiam a teoria da avaliação mediadora é a de promover, por meio de uma reflexão crítica, estratégias pedagógicas que sejam desafiadoras e, assim, possibilitem melhores oportunidades para o desenvolvimento dos alunos – por isso, a importância da relação professor-aluno para estimular os processos de aprendizagem (HOFFMANN, 2017). Assim, o professor faz parte integral desse processo, uma vez que acompanha, ouve e conversa com familiares para que se possa compreender a realidade observada e repensar as práticas desenvolvidas, não sendo um mero avaliador a observar o sujeito avaliado.

Dessa maneira, o professor deve compreender que sua concepção e conceitos influenciarão na maneira como irá avaliar o aluno, e por esse motivo deve buscar estabelecer uma relação que leve em conta as indagações acerca desta aproximação, refletindo sobre como será estabelecido e realizado o processo de construção de conhecimento. Em consequência disso, a avaliação não deve ser compreendida como classificatória e excludente, mas como uma promoção do aluno a um nível superior de aprendizagem.

Sob essa perspectiva, o livro de Luckesi intitulado “Avaliação da aprendizagem escolar” de 1995, contribui ao afirmar que “[...] podemos entender a avaliação da aprendizagem escolar como um ato amoroso, na medida em que a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando, pelos mais variados meios, no curso da aprendizagem satisfatória que integre todas as suas experiências de vida” (LUCKESI, 1995, p. 198).

O ato amoroso, nesse contexto, significa a ação inclusiva e acolhedora que o professor deve ter para com o educando para, a partir daí, buscar soluções para auxiliá-lo. No contexto histórico-social, ainda há grande dificuldade em compreender, praticar e se apropriar desses conceitos, e esta apropriação pode levar, por vezes, o professor a ter uma postura autoritária, pois a tomada de decisões, componente da avaliação, coloca sob sua responsabilidade o poder da decisão. Por sua vez, esse se utiliza do poder para coagir o aluno (LUCKESI, 1995).

Deste modo, à medida que o professor utiliza mecanismos avaliativos para manter a ordem e não para de fato avaliar a aprendizagem do aluno, ele automaticamente impede o seu desenvolvimento, obrigando-o a se tornar um indivíduo passivo, não crítico, com dificuldade de se expressar, devido às

punições sofridas. Nesse contexto, a BNCC (BRASIL, 2018, p. 14) afirma que “a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva”.

Dessa forma, “a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (BRASIL, 2018, p. 14). Para haver desenvolvimento global do educando, o professor deve se colocar em uma formação contínua para que possa repensar frequentemente sua prática e o desenvolvimento desta em sala de aula.

## **2.2 Atual Prática Avaliativa Educacional**

Atualmente as escolas têm prática avaliativa classificatória como medida para estipular se o aluno está ou não adequado ao nível de conhecimento predefinido e, dessa maneira, acabam sendo mensurados apenas por meio de exames e provas. Assim, são divididos entre os que sabem, os que pouco sabem e os que nada sabem sobre o objeto de estudo. A partir disso, o professor deve atentar-se à compreensão acerca dos conceitos de avaliação e exame, pois

enquanto o exame é pontual, classificatório e seletivo, a avaliação é dinâmica e inclusiva (LUCKESI, 1995).

Assim, mesmo tendo significados distintos, por vezes, por ser o agente responsável por examinar e avaliar as aprendizagens, o professor se utiliza apenas desses mecanismos punitivos para manter a atenção dos alunos a fim de conseguir a ordem e a disciplina em sala de aula, como, por exemplo, “no dia da prova não me perguntem nada” ou “estudem ou vão tirar zero na prova” (LUCKESI, 1995).

Dessa forma, professores se valem de ameaças e imposições para manter a disciplina no ambiente educacional, punindo aqueles que não cedem a essas manifestações disciplinares, ameaçando-os sobre a retirada de notas de exames já elaborados e respondidos e/ou aumento de nível de dificuldade de futuros testes a serem desenvolvidos.

Embora essa seja uma prática herdada através dos anos, é imprescindível que o professor reavalie suas ações e busque formas alternativas para manter a ordem em sala de aula, juntamente com ações motivadoras que tragam esse aluno para o ambiente escolar. Isto é, não para ser promovido e não para ter as suas habilidades medidas entre saber e não saber, mas para buscar o seu desenvolvimento intelectual integral, contribuindo, assim, para a sociedade como um ser crítico e

transformador do meio.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando os objetivos propostos, realizou-se uma investigação de natureza qualitativa, caracterizada como pesquisa bibliográfica, possibilitando percepções da realidade estudada (BARROS; LEHFELD, 2014). “A pesquisa qualitativa se preocupa com um grau de realidade que não é quantificado, visto que trabalha com o universo dos dignificados, motivos, aspirações, crenças, valores”, entre outros (MINAYO, 2009, p. 21). Com isso, pode-se compreender a complexidade dos fenômenos e processos específicos.

Na área da educação, a abordagem qualitativa possibilita a compreensão de múltiplas

perspectivas da realidade, pois o ser humano “se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que realiza e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2009, p. 21).

Assim, este tipo de pesquisa ressalta a natureza socialmente construída da realidade, no qual o pesquisador busca compreender as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado. Dessa maneira, a pesquisa qualitativa responde questões particulares, focando em um nível de

realidade que não pode ser reduzido a números, com isso, trabalha com um universo de múltiplos significados, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2000).

Esta abordagem possibilita ao pesquisador colocar interrogações ao longo do trabalho que vão sendo discutidas e compreendidas ao longo do percurso da própria investigação, permitindo construir e reconstruir a teoria no próprio processo da pesquisa e a formular hipóteses que possibilita entender as correlações entre os objetos de reflexão e análise (MINAYO, 2000).

“O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTI, 2003, p. 02). Não significa objetificar os envolvidos com o estudo, mas de compreender sua relevância, cultura, valores, que são específicos do seu lugar.

Para a análise e discussão dos resultados, foram selecionadas contribuições de autores, tais como, Hoffmann (1998) e Luckesi (2011), para que, dessa maneira, pudéssemos compreender de forma crítica como a avaliação no contexto escolar tem sido colocada na prática docente. A partir do campo teórico, com a leitura de artigos e

livros destes autores, foram criadas duas categorias para o momento de análise e discussão dos textos, sendo elas: avaliação de aprendizagem na prática docente e utilização de instrumentos avaliativos adequados para análise do desenvolvimento educacional.

Ainda que inicialmente, este trabalho contribui com a análise da avaliação, com a maneira como é compreendida na atualidade e como sua utilização interfere na prática de aprendizagem do aluno. É importante frisar que, além da leitura teórica, esta pesquisa reflete as inquietações vivenciadas durante o período de estágio, em que se observou que o professor, por diversas vezes, avaliava os alunos de maneira coercitiva. Dessa maneira, utilizava instrumentos inadequados e media a aprendizagem apenas através de provas, seminários, trabalhos e atividades, impondo seu autoritarismo para a contenção destas ações.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Atualmente, faz-se necessário realizar mudanças nas práticas avaliativas para que estas possam contribuir para o desenvolvimento do aluno de forma satisfatória, uma vez que o ambiente educacional exige transformação e novas práticas educativas. Assim, é possível compreender que a prática docente deve

estar pautada na curiosidade, na formação continuada e em uma interação dialógica entre o ensinar e o aprender.

A avaliação é considerada um conceito indefinido e, por isso, deve haver o comprometimento do docente em entender os seus conceitos e aplicá-la de diferentes formas para que possa avaliar o desenvolvimento intelectual, crítico e reflexivo do aluno. Ou seja, para que não se limite ao seu uso de forma classificatória e punitiva –que não auxilia na aprendizagem do educando (HOFFMANN, 2005).

Nesse sentido, a avaliação deve ser percebida não apenas como resultado de um processo, mas como um ato contínuo e formativo, sendo utilizada a avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Ademais, são adicionados a isso os processos criativos desenvolvidos especificamente para facilitar a relação professor-aluno, oportunizando ao aluno novos meios para aprender e a compartilhar da aprendizagem adquirida dentro e fora da escola. Talvez, dessa forma, se distancie de um conceito de avaliação amedrontadora, utilizada como punição durante as aulas.

No entanto, mesmo com todo o empenho e pretensão de seguir esses conceitos avaliativos inovadores como mecanismos de formação do indivíduo, respeitando suas diferenças e individualidade, nos deparamos com docentes que ainda utilizam da avaliação

como exame classificatório, ignorando todo o percurso de aprendizagem do aluno durante o ano letivo. Por isso ainda se discute muito sobre avaliação, pois esse tema ainda está em trâmite no âmbito escolar, cabendo dialogar e rever os resultados de cada prática em sala de aula para introduzir o melhor método avaliativo nas escolas. Para isso, é preciso considerar a realidade de cada aluno e o seu tempo de assimilação e aprendizagem dos conteúdos administrados desde sua base na educação infantil até o ensino médio e ensino superior.

Mesmo diante de tantas discussões sobre a avaliação ao longo dos anos, ainda existe, na realidade das escolas, uma prática em que o sucesso e o fracasso escolar dos alunos dependem, exclusivamente, do resultado de exame. No entanto, a avaliação deveria se voltar para o desenvolvimento da aprendizagem ao longo de todo o período escolar.

Assim, todo o contexto escolar e os profissionais que o compõem têm como responsabilidade, por meio das práticas avaliativas, mudar o ambiente educacional e compreender a avaliação como um processo contínuo na intenção de uma aprendizagem significativa. O ato de avaliar se torna uma prática indispensável já que subsidia a construção de conhecimento nesse processo. Por isso, destaca-se a importância em assumir uma nova postura e

práticas que assumam o processo avaliativo de forma integral.

## CONCLUSÃO

Dessa forma, conclui-se que o conceito de avaliação no processo de ensino-aprendizagem assume interpretações que divergem, em sua maioria, da função real que deveria ser desenvolvido no contexto escolar. A partir deste estudo, foi possível perceber que não há, na prática educacional, o desenvolvimento de ações que contemplem seu real significado. Assim, professores desenvolvem suas práticas sob um valor punitivo, ameaçador e excludente.

Pontuar sobre a avaliação significa estar aberto a debater, expandir sua compreensão sobre pesquisar, aprender e estar envolvido na melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Por isso, é necessário o desenvolvimento de uma avaliação de qualidade que leve em conta o aluno como ser integral e que, como tal, tem interesses, atitudes e necessidades.

Compreende-se, também, que o professor é a peça fundamental nesse processo, independente das formas de avaliar e daquilo que impõe o sistema escolar. É indispensável que este profissional forneça possibilidades para os educandos se expressarem, troquem ideias sobre seu cotidiano, tendo em vista a

harmonia, união e afetividade entre professor e aluno.

Embora existam documentos norteadores que orientam uma prática avaliativa satisfatória e significativa, reconhecemos que ainda há um longo caminho para se percorrer independentemente das diversas formas de avaliar e daquilo que propõe o sistema escolar. A compreensão, planejamento e concepção deste profissional é que tornam a avaliação um processo significativo no ensino-aprendizagem e na construção de conhecimento por parte do aluno.

Neste sentido, cabe aprofundar nas pesquisas a maneira como os professores organizam suas práticas avaliativas. No entanto, destacamos que há uma herança cultural da avaliação classificatória que ainda permeia o ambiente educacional e está aliada à falta de formação e conhecimento dos profissionais sobre suas práticas. Por isso, aponta-se a necessidade de lutar por uma avaliação que seja somada à busca por ofertar uma educação de qualidade.

Em suma, eliminar o autoritarismo através de mudança de hábitos e da prática do professor, apesar das heranças que perpetuam até a atualidade, exige de nós a reflexão sobre como a avaliação é vista. Nesse sentido, é importante considerar erros e indisciplina de alunos não como ponto fundamental no ato de avaliar, mas como

ponto de partida para novas propostas que possam levar esse educando ao seu pleno desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Diário Oficial da União, 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI.** [CD-ROM] versão 3.0. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática; 1999.
- HOFFMANN, J. M. L. **Contos e Contrapontos:** do Pensar ao Agir em Avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação –Mito e desafio:** uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliar para promover: As setas do caminho.** Porto Alegre: Mediação, 2008.
- HOFFMANN, J. M. L. **Jussara Hoffmann e Avaliação Mediadora.** Jussara Hoffmann. YouTube, 05 mai. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RWgqJVBpUQg&t=889s>. Acesso em: 27 mar. 2021.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação e educação infantil: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre; Mediação, 2012.
- LUCKESI C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar. [livro eletrônico].** 1 Ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NETO, A. L. G. C.; AQUINO, J. L. F. A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica? **Educação em Revista [online]**, v. 25, n. 2 p. 223-240, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102->

46982009000200010. Acesso em: 09 fev. 2022.

TEIXEIRA, A. Conselho Federal de Educação. **Apuração do rendimento escolar. Parecer n.102.** Comissão de

Ensino Primário e Médio, aprov. em 09 jun. 1962. Documenta. Rio de Janeiro, n. 5, jul. 1962. p. 84-85. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/apuracao.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## **O PROCESSO AVALIATIVO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ-ESCOLAR I E PRÉ ESCOLAR II.**

*Hemanuely Aparecida Lemos dos Santos<sup>1</sup>*

*Maria Lúcia Pereira Silva Lima<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo foi pesquisar informações sobre a relevância da avaliação na Educação Infantil e os aspectos relativos ao planejamento e realização dessa ferramenta pedagógica no intuito de descobrir a prática do educador e o progresso educacional das crianças. A Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica. Corresponde a um período que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Nesse sentido, a problemática investigada nesse estudo se deu a partir da análise de como os processos avaliativos são construídos e a forma pela qual os professores desenvolvem na prática. Com esse pressuposto, o presente artigo pretende apresentar informações acerca da temática de forma teórica e relacionando a prática de 04 (quatro) professores que exercem suas atividades na EMEB Josef Bergmann e EMEB Irmã Jolenta, Pré-Escolar I e Pré-Escolar II. Para alcançar os objetivos propostos foram abordados os métodos qualitativo-quantitativo, no intuito de compreender como a avaliação na Educação Infantil é planejada e desenvolvida teoricamente embasando-se nas ideias de Cripiano Carlos Luckesi, juntamente com os pensamentos pedagógicos de Jussara Hoffman e Paulo Freire que contribuíram/contribuem para o desenvolvimento gradativo da educação brasileira. Também através da prática dos profissionais pesquisados, bem como sua interferência no processo de

---

1 Graduada em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-Alagoas. Atua como auxiliar de sala na Escola de Educação Básica Espaço Educar. Endereço eletrônico: lemosantos04@hotmail.com

2 Pedagoga. Pós-Graduada em Gestão Educacional com ênfase em Inspeção Escolar pela Faculdade Atlântico. Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal d Alagoas. Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Metropolitana. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo e da rede pública municipal. Endereço eletrônico: luciapereira.naty@hotmail.com

ensino-aprendizagem das crianças. As informações foram obtidas através de entrevistas semidiretivas. A partir desse estudo foi descoberto que a avaliação da Educação Infantil, na prática, ainda está distanciada da teoria, visto que muitos professores utilizam um instrumento padronizado, sem descrever o processo de desenvolvimento individual de cada criança. Diante disso, acredita-se que seria necessário haver um processo de formação continuada sistematizado e que direcione o professor para avaliar de acordo com as orientações previstas nas teorias e nas Diretrizes da Educação Infantil.

**PALAVRAS CHAVES:** Avaliação. Educação Infantil. Desenvolvimento.

## 1. INTRODUÇÃO

Nesta seção será abordado sobre toda a contextualização decorrente do estudo sobre o processo avaliativo de acompanhamento do desenvolvimento da criança na Educação Infantil, sobretudo, Pré-Escolar I e Pré-Escolar II. A curiosidade acerca da investigação se manifestou a partir dos princípios teóricos da disciplina Currículo e Avaliação e se estabeleceu após a prática do Estágio Supervisionado II – Docência na Educação Infantil. Foi percebido que o processo avaliativo, nesta etapa, expressa particularidades devido a faixa etária que abrange, deve ser concebida por um caráter acolhedor e mediador.

Há controvérsias a respeito de o educador analisar suas práticas pedagógicas, considerar as potencialidades de cada criança e repensar o seu método de avaliação vigente. Nesse sentido, é necessário compreender como a avaliação na Educação Infantil é planejada e desenvolvida pelos profissionais e avaliar como sua construção e aplicação interfere no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

O objetivo deste estudo foi conhecer as concepções de avaliação apropriadas para a Educação Infantil, identificar a partir do resultado da avaliação quais direções o educador precisar seguir para reconsiderar o

seu método de ensino, analisar como se realiza o procedimento de avaliação, observar por meio da pesquisa de campo, como os métodos vigentes de ensino contribuem para que a criança alcance o desenvolvimento necessário e

investigar a importância da formação continuada para que o educador adquira conhecimento essencial a uma prática avaliativa condizente com a etapa da Educação Infantil.

A investigação foi realizada de forma teórica e por meio da pesquisa na EMEB Josef Bergmann e EMEB Irmã Jolenta. Os sujeitos envolvidos foram 04 (quatro) professoras. A metodologia aplicada foi a qualitativa focando no caráter do objeto analisado através da pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de materiais já elaborados compostos através de livros e artigos científicos, também a pesquisa documental e a quantitativa pautada na pesquisa de campo.

Para facilitar a leitura o trabalho foi dividido em cinco seções. A introdução, esta que se institui como de apresentação resumida de toda constituição do trabalho. A segunda seção que trata das Concepções Relativas a Avaliação. Na terceira seção é abordado o Processo de Avaliação na Educação Infantil – Bases Legais. A quarta seção foca na Formação Continuada do Docente para atuar na Educação Infantil. A quinta seção dispõe sobre Materiais e

Métodos e a última seção apresenta os Resultados e Discussões.

As ideias que fundamentaram este estudo foram embasadas nas teorias de autores como Luckesi apud Chaves (2012), Hoffman apud Costa e Gondim (2009), Freire apud Silva

(2012) entre outros. O estudo também foi embasado em leis e documentos como LDB 9394/96, DCN (2015), BNCC (2017), DCN Educação Infantil (1998).

A pesquisa caracterizou-se importante para adquirir conhecimentos acerca do processo avaliativo quem vem sendo desempenhado na Educação Infantil, bem como as estratégias avaliativas que fornecem e colaboram para a excelência no trabalho dos professores e o desenvolvimento da criança. A expectativa é, com base neste artigo, comprovar que a avaliação é um instrumento significativo para a primeira etapa da educação básica, porque tem a finalidade de promover melhores possibilidades de ensino e conquista da aprendizagem significativa.

## **2. CONCEPÇÕES RELATIVAS A AVALIAÇÃO**

A realização da avaliação na Educação Infantil torna oportuno o olhar atento em direção ao desenvolvimento e aprendizagem da criança, mas é preciso que o educador tenha cautela no momento de

avaliar por causa das características particulares e distintivas que cada criança tem em si. É visível que avaliação é indispensável no processo de ensino e

aprendizagem. Na concepção de Vasconcelos (1998, apud CHAVES, 2017), “a avaliação é um processo abrangente da existência humana que implica reflexão sobre a prática, no sentido de diagnosticar seus avanços e dificuldades e, a partir dos resultados, planejar tomadas de decisão sobre as atividades didáticas posteriores”.

No tocante a origem e o conceito de avaliação, Luckesi (2000, p. 85-101 apud CHAVES, 2017), destaca que:

A palavra avaliar é originário do latim e provém da composição a – valere que significa “dar valor a”. No entanto, o conceito “avaliação” é expresso como sendo a “atribuição de um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação”, implicando um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado.

Compreende-se então, que nesse contexto, a avaliação se configura como um procedimento meramente direcionado para quantificar, quando se lança um olhar para o processo avaliativo da aprendizagem, essa “atribuição de valor” passa a ser vista como o processo de desenvolvimento das habilidades e competências. Corroborando com esse pensamento, Vasconcelos (1998, apud CHAVES, 2017, p. 29), destaca que “a

avaliação é um processo abrangente da existência humana que implica reflexão sobre a prática, no sentido de diagnosticar seus avanços e dificuldades e, a partir dos resultados, planejar tomadas de decisão sobre as atividades didáticas posteriores”.

Deste modo, a avaliação precisa ser considerada pelos professores como um instrumento que pode ser desenvolvido na Educação Infantil com o propósito de guiar as crianças na procura por meios que contribuam para o andamento de sua aprendizagem e desenvolvimento integral.

Portanto, avaliar é muito mais do que aplicar um teste, uma prova, fazer observação, saber se um aluno merece esta ou aquela nota, este ou aquele conceito. Avaliar é um ato rigoroso de acompanhamento da aprendizagem. É ela que permite tomar conhecimento do que aprendeu e do que não se aprendeu e reorientar o educando para que supere suas dificuldades, na medida em que o que importa é aprender (LUCKESI, 2005, apud CHAVES, 2017).

Vê-se aqui a desconstrução da ideia de avaliação apenas enquanto atribuição de valor, agora fala-se em acompanhamento da aprendizagem, esse deve ser um dos principais pilares da avaliação, sobretudo na Educação Infantil. Outro aspecto importante que merece ser destacado é processo de realização do diagnóstico como

bem enfatiza o autor seguinte.

Luckesi (2004, apud CHAVES 2017) conceitua que “avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, o contrário, é diagnóstica e inclusiva”. Na etapa da Educação Infantil é primordial que a avaliação seja desenvolvida e o resultado seja considerado pelo educador com a finalidade de auxiliar a criança e não classificar a situação de desenvolvimento e aprendizagem na qual ela se encontra.

É preciso perceber que a interferência da professora no fazer das crianças pode ser reflexo de sua concepção da avaliação, ou seja, que sua interferência tem por base uma intenção de garantir que a criança atinja um determinado resultado esperado. (HOFFMANN, 2005, p. 28 apud COSTA; GONDIM, 2009, p. 37).

Sendo assim, a realização da avaliação é crucial para que os professores tenham cotidianamente uma prática satisfatória, pois “a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem”. (LIBÂNEO, 1994, p. 195 apud COSTA; GONDIM, 2009, p. 34). É possível compreender que a avaliação é uma ferramenta pedagógica que está ligada

a prática docente e pode promover um ensino e aprendizagem de qualidade, pois é possível obter informações constantes sobre o processo de desenvolvimento de cada criança se a avaliação for usada de forma contínua.

## **2.1 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – BASES LEGAIS**

O processo de avaliação tem que ser constante, ou seja, ao longo do ano letivo e embasado legalmente nas Diretrizes que norteiam esse fazer. Na Educação Infantil esse instrumento precisa ser usado com o objetivo de analisar o desenvolvimento absoluto da criança, dessa forma, colocando em prática a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que determina na Seção II, Art. 31, que a avaliação tem que acontecer “[...] mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

Nessa sequência, Carneiro (2010, p. 6 apud FARIA; BESSELER, 2014, p. 158) relata que:

A avaliação na Educação Infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender

que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e o processo de ensino. Por isso, a forma, os métodos de avaliar e os instrumentos assumem um papel de extrema importância, tendo em vista que contribuem para a reflexão necessária por parte dos profissionais acerca do processo de ensino.

Sendo assim, o processo de avaliação jamais tem que acontecer em situações específicas, mas sim constantemente, tendo como objetivo o reconhecimento, entendimento e solução para os obstáculos. Hoffmann (2012, p. 13 apud DEMARQUI, p. 1) revela que “avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões, com intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento”. Em outras palavras, o compromisso dos educadores presente na primeira etapa da educação básica é utilizar a avaliação sem o intuito de classificar o desenvolvimento da criança. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, determina que:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação (BRASIL, 2010, p. 29).

Considerando o que as DCNEI definem e somando com a Base Nacional Comum Curricular, acredita-se que os docentes são obrigados a prestar atenção nas especificidades das crianças e compreender que o desenvolvimento delas requer assistência e avaliação diferente. A avaliação nesta etapa não pode ser baseada em provas que classifiquem o conhecimento e a capacidade. Posto isto, os professores que atuam na Educação Infantil precisam levar em conta que “esses grupos não podem ser considerados de forma rígida, já que há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser consideradas na prática pedagógica”. (BRASIL, 2017, p. 44)

Em relação às garantias do processo avaliativo na Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, acrescenta que a avaliação pode garantir:

A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-

escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental); Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; A não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2010)

Comungando com a ideia das Diretrizes, Faria e Bessler (2014, p. 168) destacam que “os resultados apresentados pela avaliação precisam ser entendidos como ponto de partida para um novo planejamento, visando um trabalho que permita o crescimento e desenvolvimento daquele que foi avaliado”. Portanto, o uso da avaliação na Educação Infantil permite que os professores realizem o planejamento de suas experiências pedagógicas considerando as particularidades das crianças, assim como dá suporte ao processo de desenvolvimento, ou seja, “a avaliação existe para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno. Ela tem a função de possibilitar uma qualificação da aprendizagem do educando” (LUCKESI, 2001, p. 66 apud PAGANOTTO, 2013, p. 14).

A partir do exposto, compreende-se que o objetivo da avaliação nem sempre é alcançado pelo fato de sua função não ser observada por alguns professores e conduzirem sua prática pedagógica em um

contexto que garanta aos estudantes essa qualificação no processo da aprendizagem.

## **2.2 INSTRUMENTOS DO PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A avaliação na Educação Infantil tem se constituído como agente de diferentes curiosidades. Afinal de contas, como construir um processo avaliativo e desenvolver na prática com crianças de 4 anos de idade e 5 anos de idade? É difícil avaliar e fazer a descrição do processo de desenvolvimento das crianças, porque elas possuem diferentes experiências adquiridas fora do âmbito escolar e a avaliação não se resume a classificar.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 58) determina que “a observação e o registro se constituem como os principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática”. O RCNEI complementa que:

Por meio deles o professor pode registrar, contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo em que revelam

suas particularidades. (BRASIL, 1998, p. 58-59)

Deste modo, a observação e o registro são recursos imprescindíveis, capazes de constatar o desenvolvimento da criança em todo o contexto da Educação Infantil. No entanto, a observação só é considerada um instrumento avaliativo se houver o registro das informações obtidas através dela. Somente a observação não fornece dados suficientes no momento em que os professores procurarem elaborar estratégias para as questões verificadas, não é possível lembrar detalhadamente de tudo o que foi visto, por isso, o registro tem que ser feito junto com a observação.

Saber produzir essa mediação não é um dom, embora alguns o tenham; não é uma técnica, embora requeira uma excelente operacionalização técnico estratégica; não é uma vocação, embora alguns a possam sentir. É ser um profissional de ensino, legitimado por um conhecimento específico exigente e complexo (ROLDÃO, 2005, p.102 apud DEMARQUI, p. 3-4).

## **3. A FORMAÇÃO CONTINUADA DO DOCENTE PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Em se tratando da formação inicial e continuada na legislação do Curso de Pedagogia, destaca-se o que está prescrito na DCN de 2015, que trata da preparação

dos professores para atuar nas etapas da educação básica. Sendo assim, a Educação Infantil está incluída nesse contexto, cabendo aos professores dessa etapa, além do conhecimento adquirido na formação inicial buscar, constantemente, aperfeiçoamento da sua prática para cumprir as exigências da atualidade.

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação à distância. (BRASIL, DCN, 2015).

Analisando o contexto da DCN e complementando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Lei nº 9394/96, tem-se que: “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (1996, Seção II, Art. 29). Sendo assim, o educador responsável para atuar nessa área precisa que possuir

formação apropriada para exercer o cargo atribuído, afinal, é no estabelecimento do processo de experiências pedagógicas e o encontro inicial da criança com algum grupo de pessoas e espaço físico que não é parecido com o que ela está familiarizada, que começa o desenvolvimento absoluto das suas capacidades e competências.

Diante desse contexto, Vieira (2010, p. 33 apud CAMPOS, 2012, p. 50), destaca que:

A formação continuada de professores aparece como uma das dimensões do processo formativo do professor, que poderá contribuir para que este se mantenha sempre numa postura constante de construção e reconstrução de seu próprio conhecimento, tendo em vista as rápidas e profundas transformações ocorridas em todos os setores da vida humana.

Comungando com essa ideia, acrescenta-se que a formação continuada do educador é primordial porque o desenvolvimento satisfatório da criança é consequência do planejamento e orientação de quem está realizando as atividades pedagógicas. Levando em consideração a rotina dentro e fora do ambiente escolar, a Educação Infantil tem potencial para ser considerada uma circunstância favorável de formação continuada, capaz de gerar experiências que servem de lição e exemplo para o educador refletir e adaptar a sua

prática pedagógica.

Isso porque “em toda situação de prática pedagógica o professor deve estar atento ao seu próprio desempenho, e não apenas ao desempenho da criança” (AROEIRA, SOARES, MENDES, 1996 apud GEMIO, 2007. p. 15).

[...] não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige a prática, melhora a prática, aumenta a nossa eficiência. O trabalho de avaliar a prática jamais deixa de acompanhá-la. (FREIRE, 1984, p. 92 apud SILVA, 2012, p. 2)

Assim, é estabelecida uma auto reflexão. A procura por desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática docente por meio da formação continuada possibilita que o educador adquira conhecimentos contemporâneos necessários para “acompanhar a mudança, rever e renovar os seus próprios conhecimentos, as competências e as perspectivas sobre o ensino e a aprendizagem” (BEHRENS, 2007, p. 452 apud SILVA, p. 3877). Os progressos e desenvolvimentos existentes na época atual requerem a quebra da prática

docente comum e habitual e a formação continuada é capaz de capacitar o educador com o intuito dele promover através do seu ensino uma educação notável e de alta qualidade.

A modernização está gradativamente mais existente no dia a dia das crianças, pois elas possuem recursos favoráveis para conhecer inúmeras coisas, inclusive, o que talvez seja ensinado na escola.

Desta forma, os professores precisam conhecer o conhecimento prévio que é fornecido às crianças antecipadamente e ser capaz de conciliar esta aprendizagem introdutória as suas experiências pedagógicas, a fim de conseguir produtividade no desenvolvimento das crianças. Para tal, a formação continuada é a alternativa apropriada para o educador buscar aperfeiçoar a sua prática e desenvolver estratégias eficazes para lidar com o novo.

Na Educação Infantil as crianças precisam de atividades cada vez mais atrativas, por esse motivo é preciso que os professores saibam como planejar experiências pedagógicas que envolvam as crianças e estimulem o seu desenvolvimento. Uma formação continuada que condiz que a primeira etapa

---

<sup>1</sup> O adjetivo contemporâneo, que tem sua origem etimológica na língua latina (“contemporanēu”), refere-se àquilo ou aquele que existe ao mesmo

tempo que outra coisa ou outro indivíduo. Também pode se referir ao que está vinculado à época em vigor.

da educação básica pode oferecer aos educadores instruções metodológicas que tornem possível uma aprendizagem significativa para cada criança.

Os professores devem olhar com atenção as inovações que surgem frequentemente e considerar a formação continuada uma opção segura e apropriada para sustentar a sua atuação como profissional. Cabendo a estes o preparo para reconsiderar o seu método de ensino, pois é preciso adotar uma nova metodologia para se adequar as exigências da realidade educacional e das crianças. Desta forma, um profissional da educação que sente motivação para conseguir um ótimo desempenho, com certeza irá priorizar o aprendizado que a formação continuada proporciona.

#### **4. MATERIAIS E MÉTODOS**

Este artigo foi realizado através do método qualitativo e quantitativo, tendo como eixos básicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Os procedimentos usados foram interligados de maneira harmoniosa em prol de um entendimento significativo sobre a questão pesquisada e em favor de informações pertinentes, através de uma investigação teórica e prática. Sendo assim, os dados encontrados enriqueceram esta pesquisa de forma positiva.

O método quantitativo reuniu informações que asseguram a realidade do processo avaliativo na primeira etapa da educação básica. A pesquisa bibliográfica buscou explicar a problemática a partir de informações integradas em artigos e documentos, enquanto o método qualitativo possibilitou entender a complexidade e os pormenores dos dados colhidos teoricamente. No que se refere a pesquisa de campo, esta foi realizada após a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de conhecer na prática a realidade de tudo o que a teoria apresentou e obter informações significativas. Esta estratégia de pesquisa é indispensável, porque torna possível confrontar teoria e prática.

Quanto a coleta de dados, em virtude da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o distanciamento social foi uma das providências determinadas para diminuir a propagação do vírus e, por isso, os meios utilizados para pesquisar e coletar informações foi o Google Forms e o WhatsApp. O instrumento foi questionário online estruturado com 05 (cinco) perguntas abertas sobre questões referentes ao processo avaliativo do desenvolvimento da criança, o planejamento das experiências pedagógicas, a formação continuada e a avaliação.

A utilização do questionário tornou possível conseguir informações pertinentes sobre pontos ligados ao que foi investigado. A

finalidade do uso das perguntas abertas foi permitir que as professoras se sentissem em paz, sem constrangimento para responder os questionamentos, pois sempre há a preocupação de qual é a alternativa certa quando as perguntas são objetivas.

Por isso, foi possível se expressar com base na realidade das suas atuações como educadoras.

O questionário online foi destinado para 04 (quatro) professoras que asseguraram responder de acordo com as suas vivências na Educação Infantil, especificamente, Pré-Escolar I e Pré-Escolar II. Nesta etapa as crianças têm 4 anos de idade e 5 anos de idade. Os estabelecimentos de ensino foram a EMEB Josef Bergmann e EMEB Irmã Jolenta, estabelecimentos de ensino pertencentes a administração da rede pública municipal de Penedo-Alagoas. Os dados foram coletados no período do dia 17 ao dia 21 de janeiro de 2022. O link para ter acesso ao questionário foram enviados para as professoras através do aplicativo WhatsApp.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo analisou o ponto de vista das professoras sobre o processo avaliativo do desenvolvimento da criança na Educação Infantil, mais especificamente no Pré-Escolar I e Pré-Escolar II. A pesquisa bibliográfica ofereceu base teórica as

investigações desenvolvidas acerca da avaliação na Pré-Escola. Apresenta-se os pensamentos dos teóricos lidos, como também as conclusões da pesquisa de campo com feedbacks alcançados através do questionário que foi criado no aplicativo Google Forms e encaminhado no WhatsApp.

As professoras que concederam brevemente o seu tempo para responder o questionário são mencionadas no trabalho com a letra P numerada em ordem crescente, ou seja, P1, P2 P3 e P4. O intuito principal deste feito é preservar o nome das docentes e assegurar que a ética estabelecida seja realmente respeitada na prática.

**Quadro 1 – Resultados obtidos com os questionários aplicados as professoras do Pré-escolar I e Pré-escolar II.**

<b>Questão 1. Qual a sua formação e há quanto tempo exerce o magistério?</b>	
<b>Professoras</b>	<b>Respostas</b>
P1	Pedagogia
P2	Pedagogia. Há 31 anos.
P3	Pós graduada em Psicopedagogia Institucional e Docência da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Exerço deste 1990.
P4	Pedagoga. Exerço a profissão a 23 anos
<b>Questão 2. Na sua concepção, como se dá o processo de desenvolvimento (produção de conhecimento) da criança na Educação Infantil?</b>	

Professoras	Respostas
P1	Através das brincadeiras e interação
P2	Esse é gradativo e compreende várias fases, por isso para que haja desenvolvimento satisfatório é preciso que o professor respeite o tempo e as necessidades das crianças bem como desenvolva uma prática pedagógica a partir de uma metodologia lúdica e criativa.
P3	Se dá através de atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras. Deste que sejam inseridas em atividades que estimulem o raciocínio lógico e a interação social.
P4	A criança se apropria do conhecimento à medida que lhe é disponibilizado, estimulando à prática e o exercício de forma lúdica e objetiva.
<b>Questão 3.</b> De que forma você realiza o planejamento de suas experiências pedagógicas para contemplar os interesses das crianças e obter bons resultados na avaliação?	
Professoras	Respostas
P1	Levando em consideração os interesses, as necessidades, com o objetivo de um amplo desenvolvimento da criança
P2	Realizo me embasando em ideias de teóricos, leis e documentos que orientam essa prática, além da observação do contexto real das

	crianças. Sempre utilizando experiências adequadas a sua faixa etária e a sua fase de desenvolvimento.
P3	Compreendo que o planejamento é um instrumento que subsidia a prática pedagógica, que nos possibilita uma organização metodológica do conteúdo a ser desenvolvido em sala de aula. Portanto, é essencial para compreendemos que as crianças expressam seus desejos, o que lhes agrada e o que desagrada em cada momento, de acordo com suas necessidades, preferências e interesses. Dessa forma, podemos identificar o que as crianças já sabem, o caminho que elas estão percorrendo e seus avanços.
P4	Atualmente as regras todas mudaram. Devido à pandemia todo o trabalho e feito online e com a ajuda de familiar. No entanto, a avaliação é feita através de observação e da participação através de vídeos que os pais gravam de seus filhos e disponibilizam pra nós professores.
<b>Questão 4.</b> Você acredita que a formação continuada do professor pode interferir positivamente no processo de avaliação da Educação Infantil? Explique.	
Professoras	Respostas

P1	Sim, pois quanto mais o educador está atualizado, melhor ele trabalha e melhores resultados alcança.
P2	Sim. Pois o contexto educativo muda a todo
P3	Sim, a formação continuada é uma forma de assegurar a atuação de profissionais mais preparados e capacitados em sala de aula, e assim garantir uma educação de qualidade para as crianças
P4	Sim. O processo de ensino e aprendizagem não é estático, evolui e nosso público alvo também. Muita coisa mudou desde que comecei a exercer a minha profissão até o presente momento. Então a forma de avaliar, o que avaliar e como avaliar muda e sendo assim precisamos acompanhar as normas vigentes para não ficarmos no passado.
<b>Questão 5.</b> De que forma você realiza o procedimento de avaliação na Educação Infantil e quais instrumentos utilizados?	
<b>Professoras</b>	<b>Respostas</b>
P1	Durante o processo e através da observação
P2	A partir do conhecimento do contexto infantil, e no momento atual, a partir da observação do desenvolvimento das crianças diante dos Direitos de aprendizagem abordados pela BNCC. Os instrumentos são: Observação e registro através de fichas de

	acompanhamentos e Portfólios.
P3	A avaliação na educação infantil é realizada constantemente. É um processo contínuo, pois garanti a real efetividade da aprendizagem das crianças em todos os aspectos. Alguns dos instrumentos que utilizo são os relatórios (parecer descritivo) e os registros diários de cada uma das crianças.
P4	Atualmente é feito por meio de observação e registro.

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora desta pesquisa, 2022.

De acordo com os dados que foram colhidos em relação as práticas desenvolvidas na EMEB Josef Bergmann e EMEB Irmã Jolenta, as professoras da Pré-Escola atuam em turmas com crianças de 4 anos de idade e 5 anos de idade. A respeito do tempo que exerce o magistério, observou-se que existe uma variação entre professoras que tem de 23 anos a 32 anos de trabalho cumprido. No que se refere à formação acadêmica as respostas constam que todas são formadas em Licenciatura em Pedagogia, sendo uma com Pós Graduação em Psicopedagogia Institucional e Docência da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Segundo as informações coletadas sobre como se dá o processo de desenvolvimento (produção de conhecimento) da criança na Educação Infantil, as professoras disseram que a

criança se apropria do conhecimento à medida que lhe é disponibilizado, estimulando à prática e o exercício de forma lúdica e objetiva, com jogos e brincadeiras. Desde que sejam inseridas em atividades que estimulem o raciocínio lógico e a interação social, pois é um processo gradativo e compreende várias fases, por isso para que haja desenvolvimento satisfatório é preciso que o professor respeite o tempo e as necessidades das crianças.

Hoffmann (2005, p. 69 apud COSTA; GONDIM, 2009, p. 34) garante que:

As crianças apresentam maneiras peculiares e diferenciadas de vivenciar as situações, de interagir com os objetos do mundo físico. O seu desenvolvimento acontece de forma aceleradíssima. A cada minuto realizam novas conquistas, ultrapassando nossas expectativas e causando muitas surpresas.

Considerando o processo de desenvolvimento da criança, quando as professoras foram questionadas sobre a forma que é realizado o planejamento das experiências pedagógicas para contemplar os interesses das crianças e obter bons resultados na avaliação, as respostas registram que o planejamento é um instrumento que subsidia a prática pedagógica e possibilita uma organização metodológica do conteúdo a ser

desenvolvido em sala de aula. Portanto, é realizado com base em ideias de teóricos, leis e documentos que orientam essa prática, além da observação do contexto real das crianças. Sempre utilizando experiências adequadas a sua faixa etária e a sua fase de desenvolvimento.

O planejamento na Educação Infantil é um momento que possibilita o professor encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança, por isso deve ser uma atividade contínua, onde o professor não somente escolhe os conteúdos a serem passados, mas faz todo um processo de acompanhamento onde diagnostica os avanços e dificuldades de toda a turma e também de forma individual, já que é fundamental o professor levar em consideração as peculiaridades e as especificidades de cada criança, já que cada uma tem seu modo de agir, pensar e sentir (JESUS; GERMANO, 2013, p. 3).

Nesse sentido, o planejamento das experiências pedagógicas apresenta uma atribuição reflexiva para o professor. Desta forma, é preciso possuir qualificação, por isso foi perguntado se elas acreditam que a formação continuada do professor pode interferir positivamente no processo de avaliação da Educação Infantil. Todas as professoras informaram que sim, pois o contexto educativo muda a todo instante para acompanhar as exigências sociais.

Então a forma de avaliar, o que avaliar e como avaliar muda. O professor precisa conhecer todas as mudanças e inovações desse processo avaliativo para conduzi-lo de maneira significativa. A formação continuada é uma forma de assegurar profissionais preparados, capacitados e melhores resultados.

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (LIBÂNEO, 2004, p.227 apud PACHECO; FRAGA, 2013, p.7).

Deste modo, é preciso entender que este processo não tem interrupções e ajuda a melhorar a prática docente. Por fim, as entrevistadas foram questionadas de que forma é realizado o procedimento de avaliação na Educação Infantil e quais instrumentos utilizados. As professoras responderam que o procedimento é realizado de forma contínua, a partir do conhecimento do contexto infantil, e no momento atual, a partir da observação do desenvolvimento das crianças diante dos

direitos de aprendizagem abordados pela BNCC. Em relação aos instrumentos utilizados para a avaliação as professoras mencionaram: observação, registros diários, fichas de acompanhamento, portfólios, relatórios e pareceres descritivos.

É válido declarar que os padrões usados pelas professoras para avaliar são bem semelhantes. As respostas indicam que elas desenvolvem a avaliação com bastante consciência, considerando os limites que cada criança pode possuir. As docentes responderam às perguntas com transparência e demonstraram conhecimento a respeito do processo avaliativo sobre desenvolvimento da criança na Educação Infantil. No entanto, segundo a pesquisa, é perceptível que precisa existir na prática de cada professora um suporte teórico capaz de fortalecer positivamente a realização do trabalho docente na prática.

Com base nas respostas das professoras, foi compreendido que a avaliação está empregada na Educação Infantil, sendo um instrumento comum, mas é preciso que o seu uso seja contínuo. Existe uma concepção de avaliação centrada em observação e registro, mas é possível reorganizar esses instrumentos e usá-los inteligentemente. É preciso desconstruir a ideia da avaliação na Educação Infantil ser um instrumento classificatório. Atualmente

existem formas diferentes de buscar o aperfeiçoamento de alta qualidade e que seja condizente com a realidade na qual se encontra a sociedade e as exigências educacionais.

## CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos neste estudo, foi possível notar que é imprescindível que haja maior visibilidade quanto ao processo avaliativo sobre o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, especificamente Pré-Escolar I e Pré-Escolar II. Há vários e diferentes estudos sobre a avaliação nesta etapa e, também, as professoras investigadas se mostraram informadas quanto às propostas avaliativas apropriadas para pôr em prática com as crianças, mas, ainda assim, é necessário um contínuo estudo para que se tenham desfechos maiores.

Constatou-se que as professoras realizam o processo avaliativo através de observação, registros diários, fichas de acompanhamento, portfólios, relatórios e pareceres descritivos, mas é primordial que compreendam que a avaliação é um processo contínuo e traçado em etapas. A avaliação precisa ter início no planejamento das experiências pedagógicas e, em seguida, se fazer presente no dia a dia dentro de sala, por fim, as informações obtidas serão analisadas e, apoiado nisso acontece o (ré)planejamento.

Dado os resultados satisfatórios obtidos, a presente pesquisa respondeu que de fato existem diferentes concepções acerca da avaliação e concluiu-se que todas precisam dar prioridade tanto a evolução como a involução da criança. A partir das informações constantes na avaliação os professores devem estar dispostos a seguir a linha de reorganização das experiências pedagógicas, pois é a direção para mudar a estratégia de ensino. O processo avaliativo deve acontecer diariamente através de métodos lúdicos que estimulem o desenvolvimento da criança como, por exemplo, jogos e brincadeiras.

Observou-se que procurar aprimorar a prática é uma escolha incontestável e, assim sendo, a formação continuada é uma alternativa segura, pois pode auxiliar os professores a desenvolver métodos de ensino e estratégias avaliativas condizente com a etapa da Educação Infantil.

Os estudos realizados permitiram concluir a fundamental importância da avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, tanto para o aluno, como para o professor. Evidenciou-se que os professores que se comprometem a fazer o uso da avaliação na Educação Infantil têm a necessidade de compreender que o processo avaliativo nesta etapa envolve aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Portanto, a avaliação deve ser estabelecida como um processo que apresenta uma

análise completa das crianças, centralizado em aquilo que não se conseguiu desenvolver, no entanto levando em conta o que foi alcançado. Esta prática cria condições propícias para a conquista de melhorias acerca da aprendizagem.

Em uma expressão final, destaca-se que este artigo é um incentivo para professores atuantes nesta primeira da educação básica, como também para discentes graduandos em Pedagogia que tem interesse pelo tema. Desta forma, esta pesquisa foi um estímulo para a realização de novas investigações acerca da avaliação na Educação Infantil, especificamente Pré-Escolar I e Pré-Escolar II.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 07 jan. 2022.

**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

**Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2022.

**Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_voll.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2022.

**Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Brasília, 2015.

CAMPOS, Rebeca Ramos. **Necessidades de formação de professores principiantes da educação infantil/pré-escola**, 2012. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/14522/1/RebecaRC\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/14522/1/RebecaRC_DISSERT.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2021.

COSTA, Eliane Maria dos Santos; GONDIM, Maria Suzana Sobral Braga. **Avaliação na Educação Infantil**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Positivo/Downloads/117-233-1SM.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

CHAVES, Ozinei dos Santos. **Avaliação Escolar: discussões, verdades e concepções**. Disponível em: <<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/avaliacao-escolar-discussoes-verdades-e-concepcoes>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

DEMARQUI, Deyse Vieira Plácido. **Um olhar reflexivo sobre o processo avaliativo na educação infantil**. Disponível em: <<https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/UM%20OLHAR%20REFLEXIVO%20SOBRE%20O%20PROCESSO.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

FARIA, Ana Paula; BESSELER, Lais Helena. **A avaliação na educação infantil: fundamentos, instrumentos e práticas pedagógicas**. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/download/AVALIACAO%20ED%20INFANTIL/Leitura%201.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

GEMIO, Ana Beatriz Final. **Avaliação na educação infantil.** Disponível em: <https://leto.pucsp.br/bitstream/handle/18594/2/Ana%20Beatriz%20Final%20Gemio.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

JESUS, Digiane Amorim Dermiro de; GERMANO, Jéssica. **A importância do planejamento e da rotina na Educação Infantil.** Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/II%20Jornada%20de%20didatica%20e%20I%20Seminar%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD%20-%20Docencia%20na%20educacao%20Superior%20caminhos%20para%20uma%20praxis%20transformadora/A%20IMPORTANCIA%20DO%20PLANEJAMENTO%20E%20DOROTINA%20NA%20EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PACHECO, Leila Leatrice Saldanha; FRAGA, Marta Elisiabete de. **A importância da formação continuada para o bom desempenho do docente.** Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20IMPORTANCIA%20DA%20FORMACAO%20CONTINUADA%20PARA%20O%20BOM.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PAGANOTTO, Lucimere Maria Coelho. **Avaliação na educação infantil: o que temos e o que queremos.** Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9325/1/2013\\_LucimereMariaCoelhoPaganotto.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9325/1/2013_LucimereMariaCoelhoPaganotto.pdf). Acesso em: 7 jan. 2022.

SILVA, Maria de Jesus Assunção e. **Formação continuada de professores da educação infantil: diferentes paradigmas e a pedagogia crítica,** 2012. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26228\\_12555.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26228_12555.pdf). Acesso em: 15 jan. 2022.

SILVA, Tânia Zanatta. **Avaliação na Educação Infantil: um breve olhar na avaliação da aprendizagem,** 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Positivo/Downloads/142Texto%20do%20Artigo-395-1-10-20121109.pdf>. Acesso em 15 de jan. 2022.



 **hawking**  
EDITORA